

NAZARETE DE SOUZA

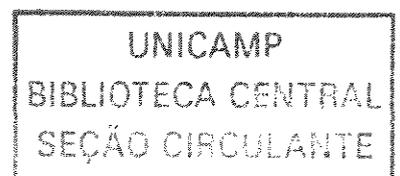
ESTUDO DE ALGUNS ASPECTOS DA ORTOGRAFIA DA CARTA DE PERO
VAZ DE CAMINHA

Dissertação apresentada ao Programa de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Linguística

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Cagliari

UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL



NAZARETE DE SOUZA

ESTUDO DE ALGUNS ASPECTOS DA ORTOGRAFIA DA CARTA DE PERO
VAZ DE CAMINHA

CAMPINAS/2002

UNIDADE Pe
Nº CHAMADA UNICAMP
So89e
V _____ EX _____
TOMBO BCI 51416
PROC 16.837102
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 14,00
DATA 09/11/02
Nº CPD _____

CM00176320-0

BIB ID 266962

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

So89e	Souza, Nazarete de Estudo de alguns aspectos da ortografia da Carta de Pero Vaz de Caminha / Nazarete de Souza. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002. Orientadores: Luiz Carlos Cagliari Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Caminha, Pero Vaz de, 1450?-1500. 2. Aspectos ortográficos. 3. Língua portuguesa - História. I. Cagliari, Luiz Carlos. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por NAZARETE DE
SOUZA.

e aprovada pela Comissão Julgadora em:
30/09/2002.


Profª Drª SUZI FRANKL SPERBER
Coordenadora Geral de Pós-Graduação
IEL/Unicamp
Matr. 64631-1

Banca Examinadora

Luiz Carlos Cagliari

Ester Mirian Scarpa

John Robert Schmitz

Rodolfo Ilari

200254220

Agradeço

A Deus, pela vida; e pelas oportunidades concedidas.

A Damares Venazzi, que me incentivou a dar o primeiro grande passo rumo a minha jornada intelectual;

Ao professor Edson Carlos Romualdo (UEM), pela dedicação com que conduziu as aulas de Lingüística no meu tempo de graduação, e a quem atribuo a minha opção pela ciência da linguagem;

A professora Jeanette Cnop (UEM), espelho de ternura e coragem, por ter acreditado em mim, sempre;

Ao professor João Bacelar (UEM), pelo carinho e por me encorajar a seguir adiante.

Ao professor Juliano Tamanini (UEM), por me incentivar a superar, superar, superar.

Ao professor Ednei Ferreira (UEM), pelo apoio e pela alegria sincera a cada conquista minha;

A professora Claudia Netto do Valle (UEM), pelo companheirismo e orientação alegre com que me orientou na época da minha Iniciação Científica;

A professora Maza (IEL), pelo carinho com que me recebeu cada vez que bati em sua porta;

Ao professor John Robert Schmitz (IEL) e a professora Ester Mirian Scarpa (IEL), pela atenção dada à qualificação desta dissertação;

A professora Gladis Massini-Cagliari, pela ajuda valiosa com o escaner;

Ao Wagner (DAC) por me lembrar que sempre há uma luzinha no final do túnel;

A Rose, ao Rogério e ao Emerson (secretaria da pós/IEL), pela gentileza e atenção com que nos atende;

Ao pessoal do laboratório de informática (IEL), pela paciência e ajuda na digitação e impressão deste trabalho;

Ao Julio, a quem devo eterna gratidão;

A Dona Cida, pelas orações;

A minha irmã Marta e meu cunhado Vladimir, por terem feito de sua casa a minha quando aqui cheguei;

A minha mãe Luzia, por secar cada lágrima minha, mesmo via telefone;

Ao meu pai, Israel Vitor, que me impulsiona sempre, ainda que sofra com a minha ausência;

Aos meus alunos da UNIOPEC/Indaiatuba, pela amizade;

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram durante este percurso;

Finalmente, agradeço ao professor Luiz Carlos Cagliari, orientador e conselheiro, pelo voto de confiança, pela presença constante, pela paciência e dedicação com que me orientou durante a realização deste trabalho. Obrigada por me permitir enxergar que sabedoria e simplicidade podem, sim, ocupar o mesmo espaço. Obrigada pelo incentivo a continuar.

Dedico

Aos meus pais, Israel Vitor e Luzia;

Aos meus irmãos;

Aos meus sobrinhos;

Aos meus amigos.

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.*

(Fernando Pessoa)

Índice de símbolos

1r1: número de fólio – rosto – número de linha

1v1: número de fólio – verso – número de linha

/ : representa um símbolo de pontuação usado por Caminha

/: no meio de palavras retiradas da carta, representa a partição destas palavras em final de linha

(): as palavras dentro de parênteses, na coluna à direita, correspondem às formas atuais das palavras retiradas da Carta.

Índice de figuras

Figura 1: Astrolábio, p. 17

Figura 2: Carta atlântica, p.17

Figura 3: Nau portuguesa do século XVI, p.21

Figura 4: Armada de Pedro Álvares Cabral, p.25

Figura 5: Assinatura de Pero Vaz de Caminha, p.42

Figura 6: Trecho da página inicial da Carta de Pero Vaz de Caminha, p.50

Figura 7: Trecho da página final da Carta de Pero Vaz de Caminha, p.50

Figura 8: Letra S em início de palavra, p.53

Figura 9: Letra S em meio de palavra, p.53

Figura 10: Letra R em início de palavra, p.54

Figura 11: Letra R em meio de palavra, p.54

Figura 12: Letra U representando a letra V em meio de palavra, p.54

Figura 13: Letra U representando a letra V em início de palavra, p.54

Figura 14: Abreviatura por sinal geral, p.55

Figura 15: Abreviatura por sinal especial, p.55

Figura 16: Abreviatura por letra sobreposta, p.55

Figura 17: Gralhas, p.56

Figura 18: Letra V, p.112

Figura 18: Letra D, p.112

SUMÁRIO

Introdução	12
Primeira Parte – História.....	14
Capítulo I - A situação histórica em Portugal.....	14
1.1. Portugal e os Descobrimentos.....	14
1.2. A primeira viagem portuguesa à Índia.....	18
1.3. As armadas portuguesas.....	20
Capítulo II – Pedro Álvares Cabral e sua viagem à Índia.....	25
Capítulo III – O descobrimento do Brasil.....	34
Capítulo IV – Pero Vaz de Caminha.....	39
Capítulo V– A Carta.....	44
Segunda Parte - Estudo da Ortografia da Carta.....	57
Capítulo VI – Ortografia.....	57
6.1. A questão ortográfica.....	57
6.2. A ortografia da língua portuguesa no século XVI.....	60
Capítulo VII – Segmentação.....	65
7.1. A separação de palavras.....	65
7.2. Palavras ajuntadas.....	66
7.3. Palavras cortadas.....	69
Capítulo VIII – Ortografia das vogais.....	70
8.1. Vogais sem estar contíguas com outra.....	70
8.2. Vogais em posição de hiato.....	74

8.3. Vogais na formação de ditongos.....	77
8.4. Vogais duplicadas.....	80
8.5. Casos de variação.....	83
8.6. O caso da letra Y.....	85
Capítulo IX – Ortografia das consoantes.....	88
9.1. Letra J.....	88
9.2. Letra L.....	90
9.3. Letra R.....	92
9.4. Letra S.....	95
9.5. Letra H.....	99
9.6. A representação da nasalidade.....	100
9.7. As demais consoantes.....	109
10. Emprego das maiúsculas.....	110
11. Observações sobre a forma ortográfica de algumas palavras.....	113
12. Segmentação de palavras em final de linha.....	115
13. Representação fonética na ortografia.....	117
13.1 Troca de letras: o caso de V e B.....	118
Conclusão.....	120
Referências bibliográficas.....	122
Abstract.....	126
Anexo.....	127

Resumo

Nesta dissertação de mestrado, estudamos alguns aspectos ortográficos da Carta de Pero Vaz de Caminha, tendo em vista contribuir para a construção da história da ortografia da Língua Portuguesa e também para uma compreensão maior da história do Português.

Essa Carta foi escrita pelo escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, quando este chegou ao Brasil em 1500.

A ortografia usada reflete a tradição escrita da corte de Portugal no final do século XV.

Palavras-chave: 1.Caminha, Pero Vaz de (1450?-1500); 2. Aspectos ortográficos; 3. Língua Portuguesa – História.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação faz parte de um projeto maior sobre a História da Língua Portuguesa, coordenado pelo professor Luiz Carlos Cagliari, orientador deste trabalho.

A escolha da Carta de Pero Vaz de Caminha para *corpus* desta pesquisa justifica-se por ser a Carta um documento histórico de valor inegável para a História do Brasil, de Portugal e também da América Latina. Ao longo do tempo ela tem despertado o interesse de estudiosos de diferentes áreas.

Escrito num período de transição da Língua Portuguesa e, por isso mesmo, refletindo características de um português entre o arcaico e o moderno, o texto de Caminha é significativo para os estudos de caráter lingüístico.

Em se tratando de um documento de grande valor para a História do Brasil e de Portugal, fez-se necessário situá-lo no tempo e no espaço. Portanto, na Primeira Parte, tratamos de aspectos históricos de Portugal no século XVI; de sua atuação nos Descobrimentos; descrevemos a composição das armadas portuguesas; relatamos de forma muito concisa a primeira viagem à Índia sob o comando de Vasco da Gama; relatamos também a viagem de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil; e, por fim, fizemos um levantamento biográfico do autor da Carta, o escrivão Pero Vaz de Caminha, bem como traçamos a trajetória da Carta.

Sobre a ortografia, apenas esboçamos algumas noções básicas, uma vez que esta é uma questão complexa e dissecá-la exige um espaço maior. Por outro lado, não adentramos na história da ortografia da Língua Portuguesa, por ser este também um assunto muito extenso para os limites desta dissertação.

Na Segunda Parte foi feito um levantamento e a interpretação dos fatos mais relevantes da ortografia da Carta, por exemplo, o uso peculiar de algumas letras, consoantes e vogais; a representação da nasalidade, o uso de maiúsculas, a questão da segmentação, entre outros aspectos.

A Carta já foi estudada em alguns aspectos lingüísticos - Batista (1964), Mattos e Silva (1996) e Cagliari (2001a, 2001b, 2001c) - faltava, no entanto, estudá-la com relação aos aspectos de sua ortografia, como sistema de escrita e em seus aspectos históricos.

PRIMEIRA PARTE – HISTÓRIA

Capítulo I – A Situação Histórica de Portugal

1.1. Portugal e os Descobrimientos

O *corpus* desta dissertação, a Carta de Pero Vaz de Caminha, é um documento histórico de relevância inquestionável para a História do Brasil e também de Portugal. Para estudá-la, mesmo que em seu aspecto lingüístico, faz-se necessária uma abordagem histórica situando-a no tempo e no espaço. Apresenta-se a seguir um esboço histórico de Portugal no século XV.

Até fins do século XIV, os europeus tinham conhecimento de apenas um quarto de toda a Terra. Para eles, o Cabo Bojador¹ representava o limite do mundo medieval e tentar ultrapassá-lo era tarefa inconcebível. Aos olhos do marinheiro europeu, a vastidão colossal das águas salgadas do Atlântico apresentava-se sombria e assustadora.

Por aquela época, o comércio existente na porção de terra da qual se tinha notícia no Ocidente, pertencia aos árabes e egípcios, a quem a queda de Constantinopla (1453) e a interdição imposta pelos turcos às vias do Golfo Pérsico deram o controle das vias do Mar Vermelho. Disso, eles se aproveitavam cobrando altos impostos das embarcações mercantes que vinham em busca dos produtos da

Índia. Na Europa, havia grande necessidade desses produtos, que eram adquiridos de Veneza, único Estado europeu intermediário no comércio das especiarias, o que o tornava um dos mais ricos do continente.

O que levou Portugal, naquela época, um reino com menos de dois milhões de habitantes, a embater-se e vencer os terrores do mar? Em contradição com seu aspecto geofísico pequeno, Portugal possuía rei e povo ambiciosos que desejavam veementemente poder e glória e, cientes do sucesso de Veneza engajada no comércio oriental, passaram a cobiçá-lo para si.

Ao desafiar o desconhecido, no entanto, não partiam desamparados. O desejo, pelo menos manifestado, de converter os povos ao cristianismo, angariou-lhes o apoio da Igreja que, através das Bulas Papais², assinadas pelo Papa Nicolau V, em 1454, permitia aos portugueses agirem como melhor lhes conviessem, nesses longínquos territórios, a fim de neles implantar a lei de Cristo (Boxer, 1969:38-40 e Greenlee, 1937:18).

D. Henrique (1394/1460), sucessor de D. João I (1356/1433), dedicou toda a sua vida às conquistas ultramarinas; o empenho em expandir o reino português consumia-lhe todos os seus dias:

Os objetivos do INFANTE eram, de acordo com as intenções e projetos da sociedade de seu tempo: fazer comércio, encontrar possivelmente reis cristãos no interior da África com quem firmar aliança política contra os turcos, conhecer o poderio militar da mourama, satisfazer a curiosidade científica, realizar a evangelização dos infiéis (Reis, 1990:62).

¹ Promontório do litoral do Saara Ocidental, no Atlântico, descoberto em 1434 por Gil Eanes (Larousse Cultural, 1998: Vol.4:4822).

² As Bulas Papais eram cartas documentárias expedidas em nome do Papa, que continham ordens, instruções, benefícios, etc. a quem eram endereçadas. (Grande Enciclopédia Brasileira e Portuguesa, s/d: Vol. 5:182.)

Para tanto, D. Henrique reunia-se com matemáticos, físicos, astrônomos e, enfim, com os maiores especialistas em navegação de sua época, a fim de aperfeiçoar tão ambicionado projeto³ (Mourão, 1999). Ao mesmo tempo, promovia regularmente expedições com a esperança de ultrapassar o Cabo Bojador, incentivando-as a irem cada vez mais longe, até que, em 1433, Gil Eanes conseguiu tal proeza⁴.

Até meados da segunda metade do século XV, no entanto, as viagens portuguesas restringiam-se ao litoral africano. Da África, traziam o ouro, o marfim, a madeira e os escravos (Boxer, 1969:46). Mas isso era pouco, Portugal queria mais. Desejava as sedas e especiarias da Índia⁵. Naus e caravelas foram construídas dentro do que havia de mais moderno na arte de navegar, aparelhos como a bússola, o quadrante e o astrolábio (figura 1, p.17) foram aperfeiçoados, cartas e mapas (figura 2, p.17) de navegação foram traçados com grande exatidão (Mourão, 1999).

³ D. Dinis é considerado o criador da Marinha Nacional Portuguesa. Em 1290, fundou a Universidade de Lisboa, onde os conhecimentos cosmográficos tiveram grande desenvolvimento (Grande Enciclopédia Brasileira e Portuguesa, s/d: Vol. 9:36-42.).

⁴ A ultrapassagem do Cabo Bojador é considerada “o primeiro grande feito marítimo que inicia a progressiva descoberta do contorno marítimo da África” (Saraiva, 1992:39).

⁵ A produção de seda teve origem na China, no ano 2698 a.C., e os tecidos eram destinados exclusivamente à corte chinesa. Atribui-se aos godos a introdução da seda na Península Ibérica. No século VIII, os árabes tomaram posse dessa indústria e propagaram-na pelo vasto império, desde a Península Ibérica até o Cáucaso (Grande Enciclopédia Brasileira e Portuguesa, s/d: Vol. 28:63-65). Denominava-se ‘Caminho da Seda’ ou ‘Estrada da Seda’, a longa estrada terrestre que atravessava toda a Ásia Central e ia dar nos portos do Mar Negro, onde aportavam as embarcações comerciais venezianas (Saraiva, 1992:157).

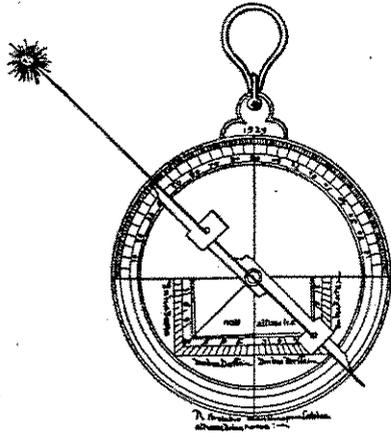


Fig. 1 – Astrolábio. (In: Revista Ventura, p. 145)

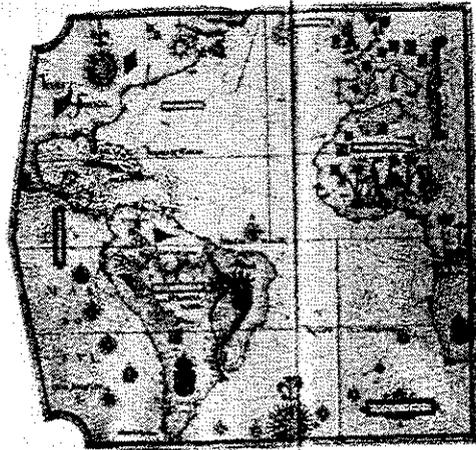


Fig. 2 – Carta Atlântica (In: Villela, p. 52)

D. João II, o rei que primeiro compreendeu que circunavegando a África poderia se atingir a Índia, era um homem de caráter forte e determinado. Foi ele que se empenhou na luta contra os reis espanhóis até obter deles um acordo oficial a respeito das linhas de demarcação das vias do Atlântico, o famoso Tratado de Tordesilhas (1494)⁶, que favorecia os seus interesses.

Do que se tem ciência, o Tratado de Tordesilhas foi sua última conquista, já que doente veio a falecer em outubro de 1495, em meio aos preparativos da primeira expedição destinada à Índia, sob o comando de Vasco da Gama. O seu sucessor, D. Manuel (1469/1521), subindo ao trono e encontrando a porta do comércio oriental aberta diante de si, não perdeu tempo e depressa deu continuidade aos planos de seu

⁶ Acordo firmado entre os reis espanhóis, Isabel e Fernando de Castela, e o rei português, D. João II, que delimitava as esferas de ação de Portugal e Espanha nos descobrimentos e regulamentava a posse das terras que viessem a descobrir. A linha divisória estabelecida foi fixada a 370 léguas a oeste da mais ocidental das ilhas de Cabo Verde, favorecendo aos interesses portugueses. Por conta da insistência de D. João II nesse sentido, presumiu-se que ele tinha conhecimento de terras por aquelas paragens, embora o rei defendesse a necessidade de espaço para as naus portuguesas realizarem uma

antecessor. Essa viagem cronologicamente encerrou as viagens de descobrimentos e iniciou a fase das viagens de expansão e de conquistas (Greenlee, 1937:19-21).

1.2. A primeira viagem portuguesa à Índia

Ao iniciar seu reinado (1495-1521), D. Manuel imediatamente aprovou a continuação dos feitos de seu antecessor, o rei D. João II. Com o Tratado de Tordesilhas assinado (1494) deu ordens para que fosse dado prosseguimento aos preparativos da primeira expedição que seguiria às Índias. Seria uma pequena armada, formada por apenas quatro embarcações, três naus (São Rafael, São Gabriel e uma de nome ignorado) e uma caravela, a *Bérrio*⁷ (Albuquerque, 1992:96). A finalidade já não era mais descobrir, mas conquistar:

Agora, com efeito, já se não tratava de descobrir: pretendia-se organizar na Índia a compra e expedição de mercadorias, e negociar diplomaticamente, para esse efeito, com os soberanos orientais. O rei, por consequência, não escolheu um homem do mar para chefe da expedição, mas um nobre, capaz da categoria de seu enviado: Vasco da Gama (Sérgio, 1975:59).

Vasco da Gama⁸ era homem de família ilustre, filho de funcionário régio (seu pai, Estevão da Gama, foi vedor da casa de D. Afonso e depois alcaide de Sines), cuja nomeação deu início ao método de escolher os comandantes das

bombarda larga a fim de evitar os ventos e calmarias equatoriais no trajeto à Índia (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol. 32:101-102).

⁷ Veja a diferença entre nau e caravela no item 1.3. deste trabalho, p. 21-22.

⁸ Nasceu em Sines, 1468(?); faleceu em Goa, em 1524, estando há três meses atuando como vice-rei da Índia (Albuquerque, 1992:94). Por ter comandado a primeira viagem da Europa à Ásia, foi nomeado pelo rei de Portugal, D. Manuel, 1º Conde de Vidigueira, Almirante dos Mares da Índia, 6º Governador da Índia e seu 2º vice-rei (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol.12:113-116).

expedições de acordo com a relação entre a família do candidato e a Coroa portuguesa.

Deixando o Tejo em 8 de julho de 1497, o capitão Vasco da Gama levava o objetivo principal de atingir Calecute⁹, importante entreposto comercial das mercadorias do oriente, já que o plano de D. Manuel era infiltrar-se na complexa rede mercantil que dali avançava para diferentes regiões. Em função desse propósito, Vasco da Gama deveria portar-se como um autêntico embaixador real, tomar conhecimento local, conquistar a amizade do Samorin¹⁰, rei de Calecute, tratar com este um acordo comercial e, conforme o sucesso de sua campanha, deixar ali estabelecida uma feitoria portuguesa.

Somente dez meses depois da partida de Portugal, a armada chegou a tal destino, porém, a empreitada não ocorreu como previra D. Manuel. Os portugueses foram a princípio bem recebidos pelo Samorin, que se mostrou impressionado com o discurso eloqüente de Vasco da Gama sobre o reino português e seu rei, mas, os árabes, que até então monopolizavam o comércio naquela região, conseguiram frustrar os planos dos europeus, convencendo o Samorin de que os portugueses não mereciam confiança. Daí por diante, as negociações com os governadores locais

⁹ Cidade marítima da Índia Inglesa, nos séculos XV e XVI foi porto muito importante e o principal empório do comércio na costa Malabar. Calicute foi tomada em 1765 por Haider Ali, que expulsou todos os mercadores e destruiu as plantações de especiarias a fim de evitar a cobiça dos europeus; em 1788, a cidade foi destruída pelo filho daquele soberano, que levou a população local para Beypore. Em 1790, os ingleses ocuparam a região e os antigos habitantes regressaram e reconstruíram a cidade (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol. 5: 509).

¹⁰ Título com o qual era designado o soberano de Calicute, equivalente a “Imperador”. O samorin era escolhido entre os filhos da linhagem materna, ou seja, o herdeiro do trono não era o filho mais velho do soberano falecido, mas o segundo da sua irmã. A riqueza do Samorin provinha das concessões comerciais e portuárias que fizera aos comerciantes árabes. Os cronistas portugueses seiscentistas apresentam o Samorin do tempo de Vasco da Gama como traiçoeiro, relapso e mau. Isso parece não ser verdade. Na luta travada entre portugueses e árabes pelo monopólio das especiarias, o Samorin que mal conhecia os portugueses e, por outro lado, tinha compromissos seculares com os árabes,

tornaram-se cada vez mais complicadas e, nos meses que ali permaneceram, os portugueses sofreram afrontas e humilhações e qualquer esperança que pudessem ter levado desvaneceu-se. Quando, em 29 de agosto, Vasco da Gama deu ordens para que levantassem âncoras, não havia conseguido firmar nenhum acordo comercial, muito menos deixar construída uma feitoria (Albuquerque, 1992:112).

Apesar dos insucessos da expedição, o regresso de Vasco da Gama foi comemorado com muitos festejos, por ter sido o primeiro passo em direção à expansão de Portugal. Se o objetivo maior não fora alcançado, por outro lado, havia agora o caminho seguramente traçado para novas investidas. Enfim, *terminava em glória uma aventura que fora preparada ao longo de anos e anos com toda a meticulosidade (...)* (Albuquerque, 1992:113).

O capitão Vasco da Gama, homem sem nenhuma experiência anterior como navegador, celebrizou-se e entrou para a História ao tornar realidade um sonho antigo. O rei, além de recompensá-lo muito bem financeiramente, concedeu-lhe os títulos de “Almirante do Mar” e “Conde de Vidigueira”.

1.3. As armadas portuguesas

Não sabemos ao certo o número de embarcações que formava uma armada, principalmente no período em que as expedições limitavam-se às costas africanas.

procurou manter-se neutro, sofrendo as intrigas maometanas e as imposições portuguesas (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol.26: 876).

Segundo Boxer (1969:207), as armadas que iam à África comportavam de sete a catorze navios, cada um com capacidade aproximada para quatrocentas toneladas.

Cabe aqui uma breve distinção entre *nau* (figura 3, p.21) e *caravela* por serem dois tipos diferentes de navios, cada qual com uma função específica nas viagens.



Fig. 3 – Nau portuguesa do século XVI. (In: Revista Ventura, p. 142)

Os historiadores que se preocuparam com a descrição desses barcos afirmam que as *naus* eram *navios mercantes largos, altos e pesadamente construídos, mas levemente armados, com grandes e bem desenvolvidos castelos de proa e de popa (...)* (Boxer, 1969:207). *É o grande barco por excelência (...)* que suporta grandes

cargas e se desloca lentamente (...), enfatiza Mauro (1989:61). Devido às suas proporções, nos três primeiros séculos foram elas, sobretudo, as embarcações utilizadas nas viagens à Índia. Ao saírem de seus portos de origem levavam, além de provisões, armamentos bélicos e produtos para troca nos portos aos quais se destinavam. Não eram cargas pesadas se comparadas com as que traziam ao regressar, uma vez que nas viagens de regresso, as naus voltavam abarrotadas de mercadorias orientais.

Ao contrário das naus, as caravelas eram navios relativamente pequenos e leves, mas velozes. Praticamente não foram criadas para competir com as naus, mas para auxiliá-las, já que possuindo como característica mais marcante a versatilidade, estavam sempre presentes nas guerras em defesa das vias marítimas e atuavam como guarda-costas das armadas quando estas voltavam para Portugal. Servindo de ligação, correio e abastecimento nas armadas da Índia, as caravelas eram os navios que melhor podiam aproveitar os ventos contrários, ofereciam pequeno alvo aos inimigos, eram ligeiras e fáceis de manobrar, adaptando-se perfeitamente às viagens de descobrimento e conquista (Miceli, 1998:72).

Nas armadas, cada navio funcionava como uma verdadeira organização militar. A tripulação ordenava-se em divisões e subdivisões, a cada posto destinavam-se tarefas bem definidas e hierarquizadas. As posições privilegiadas eram ocupadas por homens nomeados pelo rei e, nesse patamar, figuravam o capitão, o piloto e o escrivão. O posto mais alto era o do capitão-mor, responsável por toda a armada.

O escrivão também era homem de autoridade dentro do navio. Como representante direto da Coroa, sob seu encargo ficavam os relatos da viagem e os registros no livro da contabilidade.

Os marinheiros totalizavam, em média, cento e vinte membros da tripulação, dividindo-se em três categorias: marinheiros propriamente ditos, grumetes e pajens. Os primeiros eram homens experientes em navegação, profissionais do alto-mar, cumprindo as funções de carpinteiros, despenseiros, cozinheiros, bombadeiros, dentre outras. Já os grumetes eram literalmente “marinheiros de primeira viagem”. Aprendizes de marinheiro, a eles destinava -se o trabalho mais pesado de bordo, içar e recolher as velas, operar as bombas para drenar o navio, além de servirem como criados dos marinheiros profissionais. Por fim, os pajens são menores, cuja função era servir aos oficiais de bordo, limpando-lhes a cabina, arrumando-lhes a mesa e servindo-lhes as refeições (Laval, 1944 apud Miceli, 1998:101).

Além dos oficiais e dos marinheiros, cada navio devia levar um médico e um cirurgião, mas na prática, estes se resumiam num cirurgião-barbeiro¹¹ que fazia a sangria e cuidava dos ferimentos. Havia ainda os padres que cuidavam para que a atividade religiosa durante as viagens fosse intensa, celebrando missas, promovendo teatros, procissões e zelando pela moral entre os viajantes (Mauro, 1989:121-122).

Mas a população das embarcações não terminava aí. Ao contrário, a tripulação mencionada em termos de número é relativamente pequena. A maior parte era formada por soldados, muitos deles forçados a embarcar, sem preparo

¹¹ Assim era denominado o barbeiro das expedições, pois além de barbear e cortar o cabelo, realizava pequenas cirurgias e extraía dentes. No período dos Descobrimentos, era o único representante do serviço da saúde a bordo das caravelas e naus. Em Portugal, desde o começo da monarquia, os

algun para a guerra. Outra parte era formada por mercadores, passageiros com seus escravos e pelos degredados. Estes últimos, condenados em Portugal, eram levados a cumprir pena em territórios da África ou da Índia.

Enfim, nas armadas, cada navio constituía uma sociedade flutuante, na qual as desigualdades sociais eram acentuadas pelo reduzido espaço que seus viajantes ocupavam.

As expedições portuguesas deixavam os portos durante os meses de fevereiro, março e abril. Essa data era religiosamente cumprida se se pretendesse atravessar o Cabo da Boa Esperança em julho e escapar das monções, ventos muito fortes que acabavam por fechar todos os portos da região ocidental da Índia. Aquelas que teimavam em sair de Portugal fora dessa época quase sempre eram obrigadas a retornar ou corriam o risco de uma viagem mal-sucedida (Boxer, 1969:206).

barbeiros exerciam as funções de sangradores e cirurgiões, obtendo, para isso, licença após prática e exame. (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol. 4:181, – Vol. 6: 871)

Capítulo 2 - Pedro Álvares Cabral e Sua Viagem à Índia

As afrontas enfrentadas por Vasco da Gama na Índia não foram suficientes para que o rei D. Manuel desistisse da idéia de apoderar-se do ativo e rendoso comércio do oriente, antes lhe aticou o desejo de posse. Obcecado pela possibilidade de enriquecer o seu reino e indignado com o ocorrido em Calecute, logo ordenou que outra expedição fosse preparada com destino às Índias. Diferente da anterior, esta armada seria de grande monta (figura 4, p. 25) e partiria em missão militar-comercial (Albuquerque, 1992:127).



Fig. 4 – Armada de Pedro Álvares Cabral (In: Revista Ventura, p. 145)

Embora os preparativos fossem acelerados para que a armada partisse já em março do ano seguinte (1499), eles foram feitos com meticulosidade. O comando das embarcações seria entregue a homens de famílias nobres a fim de impressionarem os reis hindus com a grandeza de Portugal. A escolha do capitão-mor constituía uma tarefa extremamente importante e, por isso mesmo, feita com muito rigor, uma vez que ele atravessaria os mares como representante direto do rei e em nome da Coroa portuguesa conduziria todas as suas ações. Para a numerosa armada, o escolhido foi um jovem fidalgo, Pedro Álvares Cabral, que na época da sua nomeação assinava Pedro Álvares Gouveia, nome de sua mãe. Influenciaram na sua escolha *a posição da família de Cabral, a sua indubitável lealdade à Coroa, o aspecto pessoal de Cabral e a habilidade que demonstrara na Corte e no Conselho* (Greenlee, 1937:51).

A respeito de Cabral, antes e depois de sua viagem, tudo é muito vago. A data e local de seu nascimento são incertos, provavelmente em 1467, em Belmonte ou em Azurara. Como descendente de uma família, cuja lealdade à Coroa era reconhecida há várias gerações, ainda muito jovem, foi viver na corte onde teve o privilégio de estudar humanidades. Os homens da família Cabral ocuparam, em diversos reinados, cargos elevados na corte. Fernão Cabral, pai de Pedro Álvares, além de atuar em outros cargos importantes, fez parte do Conselho Real e foi regedor da justiça, função que lhe atribuía amplos poderes (Albuquerque, 1992:128).

De acordo com Greenlee (1937:50), foi Vasco da Gama, amigo de Cabral, quem sugeriu sua nomeação para capitão-mor da grande armada. Gama o conhecia

muito bem para crer que Cabral possuía as qualidades que o posto exigia, visto que um dos propósitos da viagem era vencer de forma pacífica a hostilidade dos reis indianos para com os portugueses. Pela grande responsabilidade que isso requeria, é certo que Cabral era homem que impunha respeito. Não consta que o jovem nomeado capitão tenha tido qualquer experiência no mar antes dessa viagem. Sobre Cabral, afirma Albuquerque (1992), a única coisa exata que pode ser afirmada é que

navegou uma vez, exatamente como capitão-mor dessa armada que, em 1500, foi para a Índia, para submeter reis locais às exigências portuguesas a respeito do comércio das especiarias ou para os castigar severamente, caso se recusassem a isso (Albuquerque, 1992:129).

A partida da expedição de Cabral deu-se em 9 de março de 1500. Devido à “política de sigilo” até então Portugal não informava à população as viagens empreendidas pelas suas armadas. Talvez a grande expectativa em relação ao sucesso que seria a viagem comandada por Cabral e a conseqüente euforia em torno de sua organização tenha baixado a reserva real e permitido ao povo tomar conhecimento a respeito do audacioso empreendimento. Assim, um dia antes da partida houve grandes comemorações e missa celebrada por Dom Diogo Ortiz, Bispo de Ceuta e de Viseu, às quais o próprio rei esteve presente. Na armada, composta por treze navios entre naus e caravelas, iam os pilotos e marinheiros mais experientes da época, entre eles Bartolomeu Dias, o descobridor do Cabo da Boa Esperança e Nicolau Coelho, que acompanhara Gama na viagem anterior. A expectativa era tamanha que além do número de navios, a capacidade de carregamento destes dobrou em relação à frota de Gama, e a tripulação, cujo número varia de autor a autor, girava em torno de 1200 a 1500 homens, distribuídos em treze navios:

Com efeito, D. Manuel decidiu para a nova armada reunir navios não só em maior número, como muito mais poderosos dos que os da expedição anterior; e isso era necessário porque essa nova frota, além de mercadorias, devia transportar um muito mais elevado número de homens preparados para a guerra (Albuquerque, 1992:127).

Ao partir, Cabral levava consigo instruções redigidas pelo já experimentado Vasco da Gama, que deviam ser seguidas em face de qualquer dificuldade em alto-mar. Essas instruções corroboram a inexperiência do primeiro quanto às coisas do mar, pois nelas Gama lembrou-se de indicar até mesmo *o número de fogos que o capitão-mor devia fazer quando virasse de bordo*¹² (Albuquerque, 1992:130). Além das instruções náuticas dadas por Gama, Cabral levava instruções reais de como deveria proceder no oriente. *E era sobretudo o comportamento a assumir nos diversos aspectos do exercício do comércio que concentrava as preocupações do monarca* (Serrão et alii, 1992: 23). A princípio as relações seriam amigáveis e, para dar cabo a este intento, até mesmo os religiosos que embarcaram participariam. A parte que lhes cabia era a de apregoar o Evangelho e disseminar a doutrina cristã, incitando os povos a abandonar os seus *diabólicos ritos* e se converter à Igreja Romana. Todavia, se o discurso persuasivo e ideológico dos sacerdotes não submetessem os infiéis e estes *negassem a lei da paz*, os portugueses partiriam para um meio de conquista para o qual estavam bem preparados, ou seja, para a guerra (João de Barros, 1973 apud Albuquerque, 1992:133).

Durante os treze primeiros dias de viagem tudo corria a contento, até que, por motivos ignorados pelos próprios tripulantes, uma vez que não havia mau tempo, no dia 23 de março, a nau de Vasco de Ataíde desapareceu misteriosamente nas proximidades das ilhas de Cabo Verde. Depois de procurá-la sem sucesso, a

¹² Virar de bordo: manobrar a embarcação à vela de modo que receba o vento pelo lado contrário àquele em que o recebia (Ferreira, 1999: 321).

armada se pôs novamente a caminho, navegando mais a Sudoeste na tentativa de evitar as calmarias e os ventos do Sudeste. À medida que navegavam, porém, as correntes afastavam os navios mais a Ocidente, desviando-os da rota traçada em terra e, a certa altura, quando os portugueses pensavam estar perdidos, avistaram sinais de terra. Era 21 de Abril, mas só no dia seguinte, a armada alcançou o litoral. Assim foi descoberto, oficialmente, o Brasil.

Depois de dez dias na terra desconhecida, entre povos de feições e costumes estranhos, diferentes em tudo dos civilizados europeus, novamente o capitão fez levantar âncoras, afinal, ainda estava longe do seu destino. A viagem de Cabral, contudo, não estava fadada ao sucesso. Ao deixar a terra recém-descoberta, antes de contornarem o Cabo da Boa Esperança, outras quatro embarcações naufragaram, abatidas pelas fortes tempestades do Atlântico Sul.

Somente em julho, a expedição lança âncora novamente, ainda em continente africano. Primeiro aportou em Moçambique,¹³ onde o temor da artilharia portuguesa fez com que os portugueses fossem bem recebidos. Logo mais, parou em Quiloá¹⁴, onde o rei já não os temia tanto e mostrou má vontade em recebê-los, já que os via como rivais no comércio. Cabral parte de Quiloá, passa ao largo de Mombaça¹⁵, onde Vasco da Gama havia tido confrontos com os nativos e se dirige a

¹³ Colônia portuguesa da África Oriental, uma das mais importantes do Império Português. Os portugueses apoderaram-se de Moçambique em 1507, tornando-a centro do poderio português na África (Enciclopédia Mirador Internacional, 1983: Vol.14: 7789).

¹⁴ Cidade marítima da costa ocidental da África. Foi fundada em 975 por um príncipe persa. Em 1505 o xeque, que enfrentara os portugueses na época de Vasco da Gama, foi deposto por D. Francisco de Almeida, e substituído por outro mais favorável aos europeus. (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol. 24: 48).

¹⁵ Cidade antiga na costa oriental da África, situada numa ilhota do oceano Índico. Pela sua localização é abrigo de frotas de guerras e mercantes britânicas e estrangeiras (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol. 17:568).

Melinde¹⁶. Aqui se efetuaram boas relações, pois o rei local via os portugueses como aliados contra o povo de Mombaça de quem era inimigo. Depois de abastecida e recuperada a frota, os portugueses deixaram Melinde e seguiram a Calecute.

Em Calecute, os primeiros contatos e negociações entre Cabral e o Samorin foram exaustivos e realizados por meio de intermediários, resultando num acordo aparentemente amigável. O que os portugueses não esperavam, entretanto, é que os comerciantes árabes, revoltados com a presença dos europeus, forjassem uma emboscada e atacassem a feitoria portuguesa, aniquilando toda a tripulação que se achava em terra. Entre os mortos, encontrava-se o escrivão Pero Vaz de Caminha, autor da carta que ficou na História como certidão de nascimento do Brasil.

Os árabes tinham suas razões. Há muito tempo monopolizavam o comércio das especiarias e não o entregariam facilmente aos portugueses, a quem perceberam que seriam seus inimigos no mar e na religião. Diante do sucedido, Cabral esperou que o Samorin apresentasse suas desculpas posto que havia sido atacado em território sob domínio desse rei. Como isso não aconteceu, o silêncio do Samorin foi interpretado como traição e o capitão, revoltado, ordenou que Calecute fosse bombardeada. Aos portugueses este ataque significava questão de honra e demonstração de força para que não fossem vistos como covardes. Com a destruição de Calecute, esperavam deixar clara a superioridade bélica portuguesa apesar de sua inferioridade numérica. Além disso, agiam amparados pelas Bulas Papais que lhes

¹⁶ Antiga cidade da costa oriental da África. Foi capital de um pequeno estado mourisco, governado por um xeque maometano, cuja autonomia provocava inveja e ódio em governantes de outros estados como os de Moçambique, Mombaça e Quiloá. Hoje está reuzida a uma insignificante povoação (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol.16: 785).

isentavam de quaisquer crimes e lhes davam plenos direitos a fim de subjugarem os não-cristãos. A destruição de Calecute repercutiu no oriente e pequenos reinos que temiam o Samorin viram nos portugueses possíveis aliados rumo a sua independência, bem como mercadores de seus produtos.

Com uma tripulação desfalcada, Cabral guiou a armada para Cochim¹⁷. Aí, não se sabe se por temor ou por interesse, foram bem recepcionados pelo rei e as negociações transcorreram favoráveis. O rei de Calecute, no entanto, *deve ter achado que o bombardeamento da sua cidade não tinha justificativa possível e era uma afronta vital para si e para seu povo. A cólera que Cabral sentiu com os morticínios foi igualada pela do Samorin com os estragos causados a sua cidade.* (Greenlee, 1937:33) e, enquanto os portugueses negociavam em Cochim, o soberano preparou-lhes um contra-ataque ao qual Cabral decidiu a princípio enfrentar, mudando de idéia logo em seguida e optando por voltar a Portugal.

O regresso da expedição foi aguardado com ansiedade por diferentes razões. Por isso, quando a Anunciada (caravela adquirida ou emprestada em Moçambique), em 23 de junho de 1501, ancorou em Belém, a notícia rapidamente espalhou-se e todos os interessados, principalmente aqueles diretamente mais envolvidos com os que partiram para a viagem, depressa se dirigiram ao porto a fim de receber os seus entes queridos e saber as novidades da longa aventura (Greenlee, 1937:36). No entanto, para o povo e para o rei, os resultados da viagem de Cabral trouxeram apenas dor e desapontamento. Os primeiros lamentavam os parentes mortos, e, o último, a perda dos bens e o insucesso nas negociações. Porém,

tinham eles razão, uma vez que a perda dos navios fora grande. Dos treze que partiram de Lisboa, apenas cinco voltaram da Índia com carga, seis perderam-se no mar, e dois regressaram vazios. A grande perda de bens foi parcialmente compensada pelos lucros, mas as perdas de vidas durante a viagem por naufrágios e doença encheram de tristeza a nação (Greenlee, 1937:37).

Levado ao pé da letra, Cabral não conseguiu realizar nenhum dos objetivos para os quais fora enviado à Índia. De positivo, entre tantas desgraças, restaram a reputação e o prestígio que o pequeno reino alcançou a partir dessa viagem. A aventura e os perigos que enfrentou não foram devidamente reconhecidos na sua época. Alguns historiadores, entre eles Greenlee (1937) e Albuquerque (1992) afirmam que não ficaram ressentimentos contra a pessoa de Cabral, embora não neguem a falta do mesmo entusiasmo que houve quando do regresso de Gama. O primeiro enaltece o seu desempenho enquanto atuou como capitão-mor, afirmando que Cabral *desempenhou de sua obrigação em circunstâncias difíceis de modo digno e consciencioso* (Greenlee, 1937:51-52). É certo que algumas de suas atitudes causavam surpresa, outras, indignação, porque oscilavam da extrema gentileza a mais cruel intolerância, mas o jovem capitão deve ser perdoado, pois se tivesse mais idade e mais experiência, por certo, teria podido combater as intrigas dos mouros. A juventude e a falta de experiência foram os seus inconvenientes mais sérios (Greenlee, 1937:52). Albuquerque afirma que

Cabral, a quem podemos apontar as fraquezas assinaladas, foi um capitão hábil, persistente e ativo, (...). Descontada a sua de certo modo ingênua conduta em Calecute (...) cumpriu os aspectos principais das tarefas que o rei o incumbira. E é sem dúvida, uma das grandes figuras dos Descobrimentos (Albuquerque, 1992:148).

De qualquer forma, a corroborar que não houve rancores em relação a Cabral, basta lembrar que ele foi outra vez nomeado capitão para uma nova

¹⁷ Cidade da Índia Inglesa, no distrito de Malabar. Na época dos Descobrimentos, era capital dum pequeno Estado, cujo soberano foi o aliado mais fiel dos portugueses. Em 1795, foi tomada pelos ingleses (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol.7:12).

expedição que sairia ao oriente, ainda que tenha desistido por não aceitar que a frota seguisse dividida em dois grupos como queria o rei. Mas, como em tudo o que diz respeito aos preparativos há uma ponta de incerteza, digamos que a verdadeira razão a própria História desconhece, porque não se sabe exatamente o que aconteceu na corte. Sabe-se que Cabral, um pouco antes de os preparativos estarem concluídos, foi substituído por Vasco da Gama e, por conta disso, desfizeram-se os laços de amizade entre os dois homens, originando, na corte, formação de partidos que apoiavam um ou outro. Tal desavença afastou Cabral da corte. Casou-se com D. Isabel de Castro, moça de uma das mais ilustres famílias de Portugal, e foi viver isolado em uma pequena propriedade próxima a Santarém. Aí veio a falecer em 1520. Durante os séculos XVII e XVIII, sua sepultura esteve perdida. Foi um historiador brasileiro, Francisco Adolpho de Varnhagen, que a reencontrou, em 1839, na sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Santarém. Mais tarde, em 1903, parte de seus restos mortais foi trazida ao Brasil e jaz em uma urna na capela-mor da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro.

A celebridade de Pedro Álvares Cabral durou pouco, sabe-se dele menos do que de outros descobridores, porém, agora, cinco séculos mais tarde, a viagem que empreendeu e sua pessoa ocupam um lugar mais do que importante na História de Portugal, do Brasil e da América Latina.

Capítulo 3 - O Descobrimento do Brasil

Os fatores que condicionaram a chegada de Cabral ao Brasil, a meio caminho de sua viagem à Índia, ao longo do tempo têm gerado calorosas discussões. Oficialmente, na História, prevalece a justificativa de que tal acontecimento foi puramente casual, tendo ocorrido por razões náuticas. Ou seja, ao deixar as ilhas de Cabo Verde, seguindo as instruções de Vasco da Gama na tentativa de fugir das calmarias da Guiné, Cabral conduziu a armada para uma via com melhores condições de navegação. Ao fazê-lo, no entanto, foi além do recomendado, desviando-se da rota e seguindo mais a ocidente. No século XVI, essa versão, que ainda predomina, parece ter satisfeito a todos, principalmente porque a viagem de Cabral não teve seu devido reconhecimento. Em nenhum documento coevo da época questionou-se essa teoria (Greenlee, 1937:67).

Durante os séculos XVII e XVIII, embora a ciência da navegação tenha evoluído constantemente, não houve qualquer interesse particular pelos relatos das grandes navegações portuguesas. Foi somente no século XIX que as viagens de descobrimentos, particularmente as que se destinaram à América, voltaram a despertar interesse. Este interesse coincidiu, e talvez tenha sido consequência, com o descobrimento científico das grandes correntes oceânicas, resultado de pesquisas

geográficas, principalmente as de Alexandre de Humboldt¹⁸, e com a redescoberta de documentos e mapas relativos a essas grandes viagens. Humboldt, cientista cuja autoridade era inquestionável na época, em seu *Examen Critique* (1837), reconheceu a sapiência dos navegadores portugueses, mas acentuou que, como eles não tinham meios para medir a determinação da longitude do mar, as fortes correntes originaram o desvio que os levaram a atingir o Brasil (Greenlee: 1937:59). Por outro lado, essa teoria de um desvio em busca de melhores rotas marítimas já não satisfazia completamente. O exame crítico da documentação encontrada – mapas, cartas e relatos de navegação - suscitou controvérsias quanto ao real motivo que teria levado Cabral a desviar-se da rota minuciosamente traçada em terra, pondo em dúvida a versão de que o capitão seguia inocentemente as recomendações de Vasco da Gama.

Desde então, o descobrimento do Brasil tem gerado teorias que se embatem. Num sentido amplo, elas podem ser agrupadas em duas grandes correntes: 1) teoria do descobrimento casual; 2) teoria do descobrimento intencional.

A incerteza se mantém. Serrão et alii (1992) afirma que

o pomo da discórdia essencial tem residido na aceitação ou recusa da possibilidade de a frota de Cabral se ter afastado para oeste o suficiente para atingir terras do Brasil se não houvesse intenção prévia de reconhecer aquela região (Serrão et alii, 1992:55).

A favor da teoria da causalidade, entre as justificativas apresentadas, pesa a atitude de Cabral ao deparar-se com a nova terra. Ele não teria despachado um navio

¹⁸ Cientista, explorador e geógrafo alemão. Considerado um dos maiores sábios da Europa, brilhou nos cenários parisienses como o homem mais falado depois de Napoleão. Interessou-se pela história dos descobrimentos portugueses e frequentemente contesta a prioridade da ciência náutica portuguesa e da obra do infante D. Henrique, pretendendo reivindicar para a ciência alemã de Martin Behaim a diretriz das navegações ibéricas. Sua obra mais citada é o *Examen critique de l'histoire de la géographie* 1837, Paris (Grande Enciclopédia Brasileira e Portuguesa, s/d: Vol.13: 424).

de sua frota, de volta a Portugal a fim de notificar ao rei a terra encontrada, se já houvesse o conhecimento da existência dessa terra. Para Albuquerque (1992),

não há qualquer motivo para duvidar de tal informação; (...) se a aterragem ao Brasil fosse mera formalidade, e repetisse um ato anterior, embora secreto, não valeria a pena sacrificar uma nau da frota que se pretendia muito forte, para dar ao Rei Venturoso uma notícia que era do seu conhecimento (Albuquerque, 1992:136).

Outro fato refere-se ao texto escrito por Vasco da Gama no qual instrui detalhadamente em como Cabral deveria proceder no mar e em território indiano. Conforme Serrão et alii (1992), além de denunciar a inexperiência de Cabral na função que desempenharia *nada, neste documento, alude à pretensão de atingir terras a oeste do Atlântico* (Serrão et alii, 1992:25).

Em contrapartida, os defensores da teoria da intencionalidade conferem à “política do sigilo”, o fato de o conhecimento anterior sobre o Brasil ter sido mantido em segredo. Para eles, o fato de D. João II se impor categoricamente a fim de que a linha de demarcação das vias marítimas, que vigoraria depois de assinado o Tratado de Tordesilhas, fosse fixada mais a ocidente depreende-se que o rei não apenas estava interessado na boa navegação de seus navios, mas que já sabia existirem terras naquelas bandas. Resumindo, Portugal tinha conhecimento das terras a ocidente e, uma vez assegurada a posse pelo Tratado de Tordesilhas, restava-lhe oficializá-la. Destarte, o brado de descobrimento da nova terra teria sido uma espécie de encenação (Saraiva, 1992:160-161).

Além dessas, há ainda a hipótese de que Cabral nem mesmo tenha sido o primeiro português a chegar ao Brasil. Especula-se que antes mesmo da viagem de Gama à Índia, viagens anteriores tenham sido realizadas às ocultas para não

despertar o interesse de outros povos, principalmente da Espanha. Saraiva (1992), um dos que defende essa hipótese, acentua que

de fato, o regime dos ventos atlânticos atirava as embarcações em direção à costa brasileira e é muito possível que em viagens anteriores ao descobrimento de 1500 tenha sido assinalada a presença de terras, a qual se teria mantido em sigilo para evitar atritos com a Espanha (Saraiva, 1992:160-161).

Um dos que já teriam visitado o Brasil antes de Cabral seria o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, que em 1498 fizera uma expedição secreta a mando do rei. Os intencionalistas teimam em afirmar que este cosmógrafo seguia na frota de Cabral, reforçando a tese de que não se deve falar no descobrimento do Brasil como coisa imprevista (Sérgio, 1975:64).

Além do cosmógrafo, a presença de outros participantes do Descobrimento permite alimentar tanto uma quanto outra teoria. O primeiro é o físico Mestre João, que em sua carta ao Rei, recomendou a este que procurasse num mapa traçado por Pero Vaz Bisagudo, a localização do território onde se encontrava a armada portuguesa. Essa alusão leva os defensores da intenção em descobrir a enfatizar o pré-reconhecimento do Brasil antes de Cabral aqui chegar. Porém, é a Carta de Pero Vaz de Caminha que desperta mais interesse. Serrão et alii (1992) lamenta o fato de Caminha ter sido *bastante lacônico* quanto aos acontecimentos da viagem antes do desembarque em terra brasileira, pois o seu testemunho poderia ser a chave desse mistério. Como em sua Carta Caminha não se referiu a nenhuma tempestade ou incidente que pudesse ter levado a armada a desviar-se da sua rota, contribuiu para sustentar a tese do descobrimento intencional. Ainda, reforça esta teoria, o fato de o escrivão não se mostrar surpreso com a existência da terra em si mesma, embora tenha se encantado com o que nela viu.

Todavia, Serrão et alii (1992), em prol da causalidade, declara que

é necessário relativizar esta idéia. Na verdade, se o encontro daquela terra em si mesmo não parece ter espantado o escrivão, tal fato pode-se explicar pela forte suspeita de que havia ilhas, ou mesmo "terra firme" naquela região, sem implicar que o Brasil já fosse conhecido pelos portugueses, como pretendem alguns, nem sequer que Cabral tivesse ordens para ali procurar terras ignotas, mas de cuja existência se presumia, conforme outros defendem (Serrão et alii, 1992:56).

Intencional ou casualmente, Portugal deu o Brasil como descoberto em 22 de abril de 1500. Mas, na febre pelas especiarias orientais, a nova terra nada tinha a oferecer e lá ficou se não esquecida, pelo menos livre da ação dos portugueses por alguns anos. Só mais tarde, quando a indústria têxtil apontava-se lucrativa, Portugal voltou seus olhos para a riqueza que ignorara no Brasil, o pau-brasil.

Capítulo 4 - Pero Vaz de Caminha

A respeito do escrivão Pero Vaz de Caminha, autor da Carta considerada certidão da nascimento do Brasil, a documentação quase sempre apresenta lacunas. Cortesão (1943), todavia, fornece-nos dados precisos sobre sua vida e pessoa.

Ainda que haja incertezas quanto ao local de seu nascimento, Cortesão assegura que foi no Porto e, se não o foi, certo é que foi aí que viveu toda a sua vida desde a infância, já que seu pai, Vasco Fernandes, em função do cargo de escrivão que exercia desde o reinado de D. João I (1356/1433), via-se obrigado a ter residência fixada naquela cidade. De Vasco Fernandes, sabe-se que foi cavaleiro na corte e homem estimado pelo rei, embora não pertencesse à elite e sim *à classe da burocracia letrada e média, mais próxima da burguesia, que da autêntica nobreza, de pendão e caldeira* (Cortesão, 1943:43). Criado pelo escrivão e chanceler Pero Anes, que o declarou um homem de *muito grande obediência e bom conhecimento e muita prestação de boas obras* (Carta de Quitação A Vasco Fernandes de Caminha, apud Cortesão, 1943:333), Vasco Fernandes exerceu os cargos de Recebedor-Mor do capital proveniente de Ceuta e Tanger e de Mestre da Balança da Moeda do Porto.

Destarte, a Pero Vaz de Caminha o dom da palavra se não foi adquirido hereditariamente, certamente foi apreendido do exemplo paterno. Como assegura Cortesão (1943):

Na escola e no exemplo diuturno deste homem disciplinado, sabedor, prestante e eficiente na vida e nos seus cargos se educou Pero Vaz de Caminha. Formou-se num ambiente de proba exatidão. Fez-se na casa dum oficial de pena. E nem se esqueça que os ofícios paternos se prendiam à empresa ultramarina (Cortesão, 1943:44).

Segundo consta, não era desejo de Vasco Fernandes, escrivão criado por escrivão, que o filho viesse a desempenhar também essa função. Caminha, entretanto, contrariando os desejos paternos, aceitou o cargo de Mestre da Balança da Moeda, quando para este foi nomeado. Função que não era passada naturalmente de pai para filho, mas cargo de confiança do rei, a nomeação de Caminha teria ocorrido em pleno campo de batalha, no combate em Toro, Castela, para o qual fora convocado por D. João, ainda príncipe regente, juntamente com todos os homens válidos para a guerra. O fato de ter sido nomeado em campo significa que Caminha não só cumpriu com sua obrigação de cavaleiro como também reitera a sua boa índole.

Casado com Catarina Vaz de Caminha, com quem teve uma filha, Isabel de Caminha, o escrivão residia junto à família na melhor rua da cidade, numa casa que herdara do pai. A filha, Isabel, casou-se com Jorge de Osório, homem mau-caráter, envolvido freqüentemente em confusões e que, por conta de assalto a mão armada, foi condenado ao degredo em São Tomé, ilha de Cabo Verde, na África. Do matrimônio da filha, Caminha teve três netos, dois dos quais foram, como o avô e o bisavô, Mestres da Balança do Porto.

Caminha teria por volta de cinqüenta anos quando foi nomeado escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Alguns estudiosos questionam se esta teria sido realmente a única expedição marítima da qual ele tenha participado. Além do combate em Castela, Capistrano de Abreu (1929) afirma que é possível mesmo que

suas raras aptidões de observador já se tivessem exercitado em outras partes e em outros povos antes de atingir a maestria revelada a propósito dos brasis: o reparo de que estes não eram circuncisos (fanados) pode bem resultar do contato com populações mussulmanas (Capistrano de Abreu, 1929 apud Cortesão, 1943:46-47).

Cortesão aceita essa hipótese do convívio com outros povos, embora considere que estes tenham sido, não muçulmanos, mas negros da Guiné e declara haver na própria carta provas acerca da experiência de Caminha. O autor toma como fato a passagem em que Caminha descreve os indígenas brasileiros. Para ele, *a descrição do aborígene feita por Caminha obedece a um processo mental de comparação, não com as populações mussulmanas, mas com os negros das costas da Guiné (Cortesão, 1943:47).*

Além das habilidades aguçadas de escrivão, a Carta deixa transparecer o caráter, a dignidade do homem Caminha:

E o cidadão do Porto não era então um português qualquer; mas, por definição, o mais livre e humano de todos eles. Era o português mais consciente da dignidade, que o trabalho e a liberdade conferem ao homem. E por isso também o mais capaz de respeitar os outros homens. São estes os sentimentos que dão, em grande parte, qualidade humana à Carta de Caminha (Cortesão, 1943:43).

Caminha tinha, ainda, alto prestígio como homem público. Sua relevância social consta em documentos públicos oficiais da Câmara Municipal do Porto, uma vez que sua assinatura (figura 5, p. 42) foi encontrada em vários desses documentos, principalmente em atas de sessões da Câmara, que se faziam para tratar de assuntos da “maior gravidade”. Com isso,

do que não há que duvidar é ter Pero Vaz de Caminha pertencido ao número de figuras gradas desta terra, dos ilustres homens-bons do Porto, dos honrados cidadãos ou vizinhos que eram chamados aos Paços de Rollaçom (à Câmara) para discutirem e darem o seu voto nos assuntos de maior gravidade; (...) (Magalhães Basto apud Cortesão, 1943:51).



Fig. 5 – Assinatura de Pero Vaz de Caminha (In: Revista Ventura, p. 146)

Cortesão refere-se ainda a uma convocação feita por D. Manuel, em 1497, através da Câmara, para uma reunião de suma importância na qual deveriam estar presentes (...) *as pessoas que vos bem parecer “que pratiquem e ponham por capítulos e apontamentos todas as coisas que virem, que cumprem e são necessarias ao bem do povo dessa cidade e governança dela (...)”* (Cortesão, 1943:51). Quando esta aconteceu, Caminha não só estava entre os eleitos, mas foi também o primeiro a assinar o documento representativo da sessão. Isso até poderia não ter maior significado, se não fosse prática, na época, a ordem das assinaturas vir de acordo com a importância dos membros que se faziam presentes. Nas palavras de Cortesão:

Como estava na ordem natural das coisas, os cidadãos que tinham mais claro entendimento e consciência das necessidades da urbe e da grei e maior facilidade em expressar, falando e escrevendo, ocupavam o primeiro lugar nos debates preparatórios, nos trabalhos de redação e, por fim, de representação e defesa das propostas (Cortesão, 1943:52-53).

Destarte, ser nomeado escrivão da maior e mais importante expedição que já deixara Portugal até então, era um direito que lhe cabia, pela sua integridade e competência.

Este homem, a quem devemos a honra de possuímos um registro com data e hora de nascimento, faleceu em dezesseis de dezembro de 1500, no massacre

promovido pelos mouros, em Calecute, onde se encontrava aportada a armada de Cabral.

Capítulo 5 - A Carta

A Carta, considerada por estudiosos de diversas áreas o registro inicial da história do Brasil, é um documento escrito pelo escrivão da expedição de Cabral, Pero Vaz de Caminha, dirigida ao rei D. Manuel, relatando-lhe o primeiro contato e as primeiras impressões dos portugueses com os habitantes indígenas da terra que foi chamada Ilha de Vera Cruz, Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e finalmente batizada Brasil.

Documento com uma trajetória bastante misteriosa, por três séculos manteve-se inédita na Torre do Tombo,¹⁹ até ser encontrada, em 1773, por José de Seabra, então guarda-mor da Torre do Tombo, que fez da Carta uma cópia perfeita “para sua melhor inteligência”. Esta cópia encontra-se hoje no arquivo da Real Marinha do Rio de Janeiro e provavelmente tenha vindo ao Brasil na bagagem da corte portuguesa, em 1808. Sua primeira publicação, no entanto, se deu em 1817 pelo padre Manuel Aires do Casal na *Corografia Brasílica*. A respeito dessa primeira publicação, Cortesão (1943) diz que

o Pe. Aires do Casal, ‘Presbítero secular do Grã Priorado do Crato’, natural de Pedrógão, em Portugal, era bem digno, pelas suas qualidades de precursor da história e da geografia, sua agudeza, objetividade e até candura de sábio, de ser o primeiro a revelar a ‘Carta’ de Caminha (Cortesão, 1943:25).

Críticos atuais (Pereira, 2000), todavia, sem deixar de reconhecer o mérito da obra, acentuam que Aires do Casal foi, além de seu primeiro editor, seu primeiro

ensor. A Carta é reproduzida com muitos erros e omissões de trechos, cuja índole de sacerdote não permitia publicar. Destarte, *as partes consideradas mais perigosas, mais eróticas, o padre Ayres de Casal preferiu eliminar da sua edição* (Pereira, 2000:8). Mas, mesmo omitindo trechos, particularmente aqueles que descrevem a nudez dos indígenas, que tão bem trabalhou a pena de Caminha, a transcrição feita pelo padre tem importância pela sua visão crítica.

A partir dessa primeira publicação, a Carta vem adquirindo significados diferentes no Brasil e fora dele, já que foi traduzida para diversas línguas do Ocidente. Em 1821, quatro anos após ser publicada em português, Ferdinand Denis a publicou em francês, em Paris. No ano seguinte, ele e H. Taunay publicam uma nova versão francesa. D'Olfers a publicou em alemão, em Berlim, em 1928. William Brooks Greenlee a traduziu para o inglês, em 1988, em Londres. A versão castelhana veio a lume em 1948, na Argentina, por Ema e Marta Diaz Lopez. Em português, depois de Aires do Casal, a edição realmente moderna, *quase perfeita*, na concepção de Pereira (2000:8), é a de 1877, feita por Varnhagen, embora a edição mais citada e transcrita na grande maioria dos livros seja a de Carolina Michaelis de Vasconcelos, de 1923. Pereira (2000:9) considera o trabalho de Michaelis de Vasconcelos um dos piores já feitos com a Carta, pois, para ele, Michaelis não teve a sensibilidade afinada para captar a realidade brasileira impressa na Carta.

Vale lembrar outros trabalhos referentes a Carta, tais como o de Jaime Cortesão (1943). Ainda que haja algumas falhas, é um estudo bastante minucioso, nele o autor procurou reproduzir fielmente as características do documento,

¹⁹ Primeiro arquivo nacional português. Fundado por D. Fernando, em 1375, numa das torres da cerca das muralhas de Lisboa (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d: Vol. 32: 25).

preocupando-se em incluir uma reprodução facsimilada e uma transcrição diplomática da Carta de Caminha. Outro é o de Batista (1964), o primeiro estudo de caráter lexicográfico a respeito da Carta. Por fim, Cambraia e Megale (2000), fizeram um estudo que consideraram tornar a leitura da Carta bastante acessível ao público interessado, mesmo que não seja especialista na área.

*Datada deste porto seguro davosa jlha da Vera cruz oje sexta feira primeiro de mayo de 1500 (14r12-13)*²⁰, a Carta está entre os poucos que se salvaram dos documentos enviados ao rei por membros da armada de Cabral, inclusive pelo próprio capitão-mor. Desses, além da Carta, tem-se conhecimento da Carta do Mestre João²¹ e da Relação do Piloto Anônimo²².

O desaparecimento de boa parte da documentação escrita nesse período, relativa às grandes viagens, justifica-se, sobretudo, pela imposição, em Portugal, da “política do sigilo” ou “política da reserva”, que consistia em esconder, principalmente da Espanha, as descobertas e projetos marítimos portugueses. Outros fatores, porém, contribuíram para a extinção de escritos preciosos da época. Entre eles, Cortesão assinala o desleixo do monarca que não cuidou de enviar a tempo alguns desses documentos para o Arquivo Real (Cortesão, 1943:27). No que diz respeito ao Brasil, o afastamento de Cabral da vida na corte depois de rejeitar dividir

²⁰ As referências à Carta serão feitas da seguinte forma: número de fólio – rosto ou verso – número de linha. Assim, (14r12-13) significa fólio 14, rosto, linhas 12 a 13.

²¹ Como a Carta de Caminha, esta é datada de 1º de maio de 1500, escrita no Brasil e endereçada ao rei D. Manuel. Conhecida apenas como a Carta de Mestre João, a identidade completa de seu autor também suscitava dúvidas. Entre os prováveis autores estavam João de Menelau, João Farás e João Alemão. Hoje, sabe-se que o Mestre João é, na verdade, João Farás, astrônomo, astrólogo, bacharel em artes e medicina, físico e cirurgião (Serrão et alii, 1992:28).

²² Publicado em 1507, em Vicenza, Itália, pelo professor Francazano Montalbodo, segundo consta, a Relação do Piloto Anônimo é o único documento que narra a viagem de Cabral por completo. Esse documento ficou assim conhecido por manter-se ignorado o nome de seu autor. Só recentemente, o

o comando de uma segunda expedição à Índia, a morte de Caminha, de Cabral e de D. Manuel sucessivamente, favoreceram o esquecimento, mesmo que temporário, do que era relativo ao seu descobrimento.

Pereira (2000:8) afirma que a razão de a Carta de Caminha ter permanecido engavetada na secretaria real e depois esquecida na Torre do Tombo deve-se ao fato de que, à época de seu descobrimento, o Brasil não interessava de imediato a Portugal, preocupado com o comércio das especiarias.

Por outro lado, discute-se se há na Carta um interesse particular de Caminha em libertar Jorge de Osório, degredado na Ilha de São Tomé, uma vez que a Carta encerra-se com um pedido em favor do genro.

Seja qual foi a intenção de Caminha, o fato é que a sua carta tornou-se um documento importante, com preciosas observações etnográficas e históricas e hoje é senso comum que não se pode discutir a chegada de Cabral ao Brasil sem um confronto minucioso com a Carta.

Com vinte e sete folhas de texto e uma de endereço, no original, a Carta é extremamente precisa na descrição dos detalhes captados pela retina de Caminha durante os nove dias em que a armada permaneceu no Brasil. Isso não o isentou de ser considerado pela crítica, no início do século XX, um escritor ingênuo e sem estilo. Atualmente,

já se desconfia exatamente do contrário: que Caminha, por escrever um texto que qualquer leitor compreende o que ele diz, é bem capaz de ser um escritor muito mais refinado, com o domínio de um estilo que o identifica e o caracteriza e o personaliza (Pereira, 2000:3).

historiador norte-americano W. B. Greenlee o identificou como sendo o escrivão João de Sá (Pereira, 2000: 6-7).

Caminha é um escritor preocupado com a simplicidade e objetividade: *aqual bem certo crea que por afremosentar nem afeiar aja aquy de poer mais caaquilo que vy e me pareço (1r9-11)*. Devido a sua dimensão histórica, a Carta tem sido ao longo do tempo objeto de centenas de estudos, sejam eles de cunho histórico, literário, sociológico, filosófico e filológico.

Considerando-a como obra literária, Cortesão (1943:15) a inclui no gênero “narrativas de viagem” que, para ele, é mais vivo, próprio e original da literatura portuguesa. Essa classificação abriga todos os documentos escritos pelos navegantes a bordo de navios *ao sabor dos acontecimentos*, dando conta dos pormenores das grandes viagens. Neles estão registrados dados geográficos, rotas seguidas, descobrimentos de novos territórios, contatos com outros povos, enfim, todos os empreendimentos realizados além-mar.

Para Souza (2000), da Carta emergem aspectos da sociedade portuguesa da época quatrocentista, uma sociedade “politicamente estabilizada”, mas onde

seguiam dominantes mitos e motivações dos séculos anteriores, nutridos em sua religiosidade e nas lutas pela reconquista (Souza, 2000:6). (E, Caminha,) *como filho legítimo de seu tempo, não está além dele, tampouco está aquém. Nesta sociedade, construiu o seu espírito observador, também nele nutriu suas utopias, seus mitos e visões* (Souza, 2000:4).

A Carta é, por conseguinte, um produto ambíguo, é marcada pela simplicidade, é descritiva, mas é atravessada pelo enigmático e ambivalente. Pelo seu discurso, o escrivão *rompe com o tempo natural e vai ser um pré-mestre do tempo virtual (...)* (Almeida, 2000:5), remetendo ao imaginário da mentalidade da época. Nessa perspectiva, o Brasil satisfaz a visão do paraíso reencontrado do outro lado das imensidões oceânicas:

É uma visão do paraíso de tal ordem infusora, de tal ordem capaz de permear os espetáculos de Caminha, que ele, inclusive, desaparece de qualquer noção de

concupiscência ou de desejo, no quadro da nudez quase divina que ele depara nos personagens com que se defronta (Almeida, 2000:4).

Pelo que foi exposto confirma-se a possibilidade, que a Carta oferece, de levantar diferentes teses, mas estudá-la não é tarefa tão simples como poderá, talvez, se supor. Quando se volta para o estudo de textos antigos, o pesquisador depara-se com muitos problemas, dos quais, um, segundo Rolim de Freitas (2000:5) são as más transcrições nem sempre exatas na sua grande maioria. Isso porque transcrever textos antigos para uma linguagem atual equivale a quase uma tradução.

Quanto aos aspectos materiais da Carta, Caminha, escrivão profissional e de longa experiência, seguiu muito de perto as exigências da época. A Carta possui sete folhas dobradas de papel, cada folha com quatro páginas escritas, de 29,6 cm por 29,9cm, totalizando vinte e sete páginas escritas de texto e uma de endereço. As margens são pequenas. No geral, as páginas apresentam trinta e seis linhas em média, com um mínimo de trinta e uma e um máximo de trinta e nove linhas. A tinta usual era a preta, mas, segundo Cagliari (2001e:22), a da Carta era clara, de cor castanha, possibilitando que frente e verso do papel fossem utilizados.

O estilo caligráfico é a *escrita processual* originada da *escrita cortesã*, que era a escrita tradicional na corte no século XV. Mas, mesmo o estilo processual de Caminha já apresentava características da *escrita encadeada* que viria a ser moda durante o século XVI. No estilo encadeado escrevia-se sem levantar a pena, gerando muitas palavras ajuntadas, o que dificultava a leitura, pois *seu traçado é mais livre, mais distendido, com mais traços idiossincráticos que enfeitavam certas letras, às vezes, dando uma dimensão distorcida com relação às demais* (Cagliari, 2001e: 9) (figura 6 e 7, p. 50).

Ainda, seguindo as tendências da época, são características da Carta as abreviações, ou sinais taquigráficos, principalmente no final das palavras (pro, por, per, pri, ser, ver, com e mer); a grafia de R maiúsculo no início e no meio de palavras para indicar o som de *rr*; a pontuação variada – inicialmente considerada rudimentar por Cortesão, para logo mais ser considerada abundante se comparada a escrita de Caminha com outros documentos contemporâneos (Cortesão, 1943:130); o uso predominante de letras minúsculas e o emprego raro de maiúsculas. Por outro lado, na Carta ocorrem, em média, sete espaços em branco por linha separando as palavras, quando o recomendado era quinze.

Cagliari (2001e) atribui o desvio do escrivão do estilo tradicional de escrita às condições em que ele escreveu a sua Carta:

Embora a prática da escrita fosse uma profissão que exigisse um cuidado constante com a caligrafia, dada às circunstâncias de escrever num navio, com o cansaço da viagem, com os achaques da idade e, talvez, até mesmo com uma dificuldade parcial de visão, Caminha escrevia com letras grandes, usando uma pena grossa. Por essa razão, algumas características fora do estilo de letra cortesã, aparecem na Carta. Em outras circunstâncias, provavelmente, o escrivão fosse mais fiel à escrita cortesã (Cagliari: 2001e: 11).

Cambraia e Megale (1999:14-18) destacam alguns outros aspectos da Carta, como os alógrafos, as abreviaturas e as gralhas. Na Carta, os alógrafos são variantes gráficas que algumas letras minúsculas apresentam em alguns contextos, como o S em início (figura 8, p. 53) e meio de palavras (figura 9, p. 53), o R (figuras 10 e 11, p. 54) e o M em início, meio e final de palavras. A essas, Cagliari (2001e:12) acrescenta a letra V geralmente grafada U no meio das palavras (figura 12, p. 54) e, algumas vezes, no início (figura 13, p. 54). As abreviaturas são representadas na Carta em três processos diferentes. Na *abreviatura por sinal geral* (figura 14, p. 55) um traço é sobreposto nas palavras sem, no entanto, assinalar quais letras foram

eliminadas (Snõr = Senhor 1r1). Na *abreviatura por sinal especial* (figura 15, p. 55), há um sinal indicando as letras suprimidas (aãle = aquele 1v23). Na *abreviatura por letra sobreposta* (figura 16, p. 55), são eliminadas algumas letras, geralmente no final das palavras e, em seguida, uma ou mais letras são sobrepostas na parte inicial da palavra (Djr^{tos} = direitos 11r16). Na Carta, algumas palavras aparecem abreviadas ora num ora noutro processo.

Finalmente, as gralhas (figura 17, p. 56) são palavras rasuradas (riscadas) num contexto e escritas em outro mais adiante, onde deveriam estar. Elas permitem concluir que a Carta foi redigida a partir de anotações do próprio Caminha, somente após ter sido decidido que um dos navios retornaria a Portugal para notificar ao Rei o descobrimento da nova terra. A respeito das gralhas, Cagliari (2001e) afirma:

Um documento feito nas condições em que a Carta foi escrita, a partir de anotações e, depois, diretamente, muito dificilmente apresentaria um texto sem nenhuma correção. E não havia tempo para refazer (Cagliari, 2001e:22).

Da Carta podem ser retirados os seguintes exemplos, nos quais as gralhas são as palavras em negrito e a parte sublinhada a sua reescrita:

1. *asy nuas que nom pareciam mal antre aas
quaaes amdaua hũũa com hũũa coxa toda
do giolho ataa oquadril e anadega toda tjnta (7r6-7)*

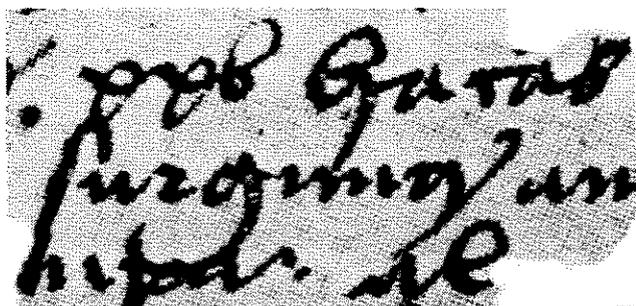
2. *e bailharã co os nosos./ ẽ maneira que seos homẽ²³
todos quisera comujdar sam muito mais nosos amj
gos que nos seus./se lheos homẽ acenaua se querjã
vijr aas naaos fazianse logo prestes pera jssso e tal
maneira que seos home todos quisera comujdar (11v16-20).*

²³ A barra nestes contextos representa um símbolo de pontuação usado por Caminha.

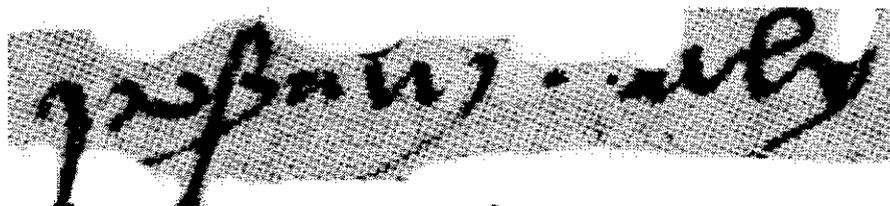
Quanto ao estilo de letra da Carta, Cagliari (2001e:12) define a escrita de Caminha como uma escrita elegante, clara, cursiva, de aspecto gráfico constante e cuidado. De acordo com o autor:

As letras são arredondadas, à moda das letras Carolíngias, com caudas longas, à moda das letras Visigóticas. (...) O caráter manuscrito de escrivão imprime às letras, às vezes, enlaces e outras formas de enfeites, embora, na Carta, isso tenha sido usado com muita discrição. A escrita é uniforme, apresentando um aspecto menos cuidado, de escrita às pressas, no final do documento (Cagliari, 2001e:12).

Em síntese, ainda conforme Cagliari (2001e:27), Caminha, escrivão de ofício e funcionário real, apresentou em sua Carta características formais típicas da escrita dos notários e de escrivães da corte, da segunda metade do século XV, imprimindo, todavia, um estilo mais individual, característico de escrita pessoal, talvez devido às condições em que produziu o documento.



**Figura 8 – Letra S em início de palavra (2ª linha)
Surgimos(1v8) = surgimos**



**Figura 9 – letra S em meio de palavra
Poseram . aly (1v32) = puseram ali**



Figura 10 – Letra R em início de palavra
tas. Vijnham todos Rijos pão batel (1v30) = tas. Vinham todos rijos para o batel

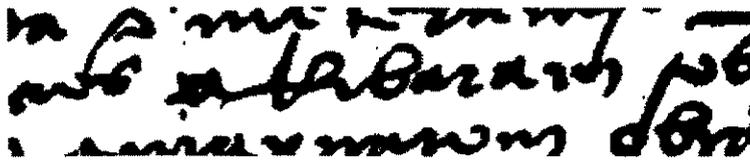


Figura 11 – Letra R em meio de palavra
naaos aRibaram (2ª. linha)
(2r29) = naus arribaram sobre eles. E um

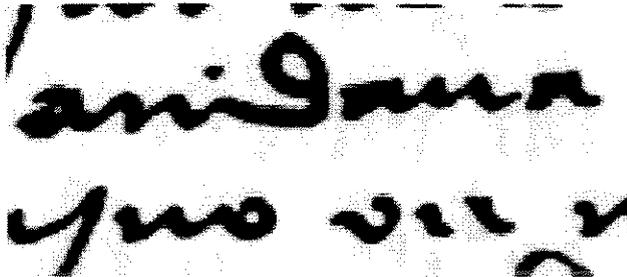


Figura 12 – Letra 'u' representando a letra 'v' em meio de palavra
andaua (7r13) = andava

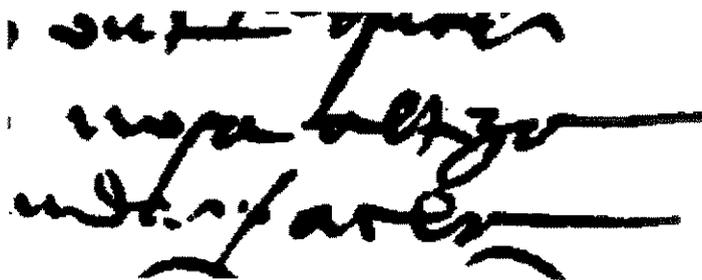


Figura 13 – Letra 'u' representando a letra 'v' em início de palavra (2ª. linha)
uosa alteza (14r6) = vossa alteza



Figura 14 – Abreviatura por sinal geral
Snor (1r1) = Senhor

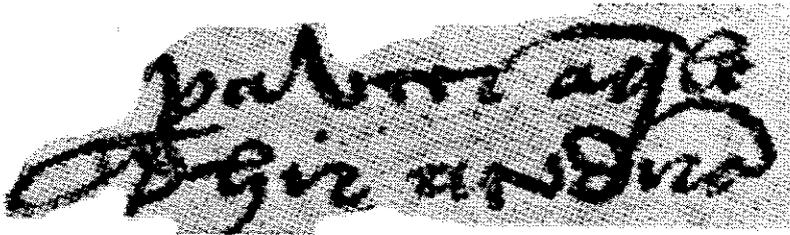
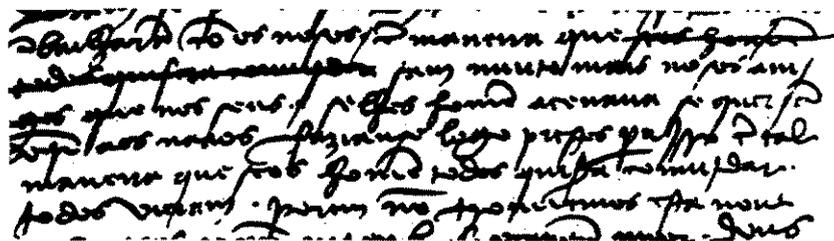


Figura 15 – abreviatura por sinal especial
aqle (1v23) = aquele
acodira (1v24) = acodiram



Figura 16– abreviatura por letra sobreposta
Djr^{tos} (11r16) = Direitos



...e bailharã cõ os nosos./ e maneira que seos home
... todos quisera comuidar sam muito mais nosos amj
... gos que nos seos./ se lhes home acenaua se querjã
... vijr aas naaos fazianse logo prestes pêra jssso e tal
... maneira que seos home todos quisera comuidar./
... todos vieram. Porem nõ trouemos esta noue (11v16-21)

Figura 17 – Gralhas
e bailharã cõ os nosos./ e maneira que seos home
todos quisera comuidar sam muito mais nosos amj
gos que nos seos./ se lhes home acenaua se querjã
vijr aas naaos fazianse logo prestes pêra jssso e tal
maneira que *seos home todos quisera comuidar.*
todos vieram. Porem nõ trouemos esta noue (11v16-21)

SEGUNDA PARTE – ESTUDO DA ORTOGRAFIA DA CARTA

Capítulo VI – Ortografia

6.1. A questão ortográfica

Por milhares de anos, a fala desfrutou o privilégio de ser o único meio de expressão lingüística do homem, sendo a vida deste em todos os setores regida e continuada através da oralidade. Falar sempre esteve tão inerente ao ser humano quanto o ato de respirar, mas a necessidade de registrar os fatos da vida em sociedade também era indispensável. Por volta de 3200 a.C., no Oriente Médio, surge entre o povo sumério, um conjunto de sinais gráficos, cujas combinações complexas revolucionariam para sempre o percurso da humanidade. Esse fenômeno denominado “escrita” constituiu algo tão impressionante que diversos povos atribuíram o seu aparecimento aos deuses e heróis lendários.

Da Suméria, a escrita

se espalhou rapidamente pelo mundo, surgindo muitas variações do sistema de escrita, cada qual procurando adaptar os símbolos gráficos e seus usos para melhor representar a própria língua. Como as línguas eram muito diferentes, surgiram sistemas de escrita também muito diferentes (Cagliari, 1993:164).

A partir de então, a História passou a ser segmentada e civilizações caracterizadas em função da posse ou não de um sistema de escrita.

Até chegar ao sistema de escrita alfabética, tal como o usamos hoje, a forma de representação gráfica da escrita apresentou diversos estágios. Primeiro as palavras eram representadas por figuras, chamadas ideogramas, mas este sistema

apresentou o inconveniente de não existirem representações gráficas que correspondessem a todas as palavras da língua. Tentou-se, então, escrever a partir dos sons das palavras. Inventou-se, assim, os sistemas silábicos, que representavam inicialmente as sílabas das palavras e depois os segmentos consonantais apenas no uso escrito das línguas semíticas. Com os gregos surgiu um sistema de escrita alfabético que representava as vogais e consoantes separadamente (Cagliari, 1993:170).

Este último, por algum tempo pareceu ter satisfeito todas as condições que os sistemas anteriores não supriram. Mas, eis que quando tudo parecia estabilizado, os usuários da escrita depararam-se com a dificuldade imposta pela variação lingüística, ou seja, a impossibilidade de representar, através da escrita, a diversidade dos sons da fala de diferentes dialetos de uma língua. Conforme Cagliari (1993), *com tal diversidade lingüística, o alfabeto estava fadado a desaparecer, pois já não era possível ter nele um sistema de escrita útil numa sociedade com tanta variação dialetal para uma mesma língua. Mas acabou sendo salvo pela ortografia* (Cagliari, 1993:174), que surgiu, então, da necessidade de estabelecer regras que neutralizassem a variação dialetal, no momento em que o aumento do número de pessoas com acesso à leitura e à escrita evidencia fortemente as diferenças, tornando o estabelecimento de tais regras necessário, a fim de permitir a leitura entre falantes de dialetos diferentes. Com as regras ortográficas, as palavras passaram a apresentar uma forma única de grafia não importando as diferenças de pronúncia que recebiam na fala. Destarte, a ortografia é que passou a definir a forma de escrita das palavras de uma língua. (Cagliari, 1986:67).

Gramáticas e dicionários, de forma geral, sintetizam a definição de *ortografia* como sendo “a parte da gramática que ensina a escrever corretamente as palavras”, mas, para Cagliari (1986), a ortografia não se resume a isso. Ela representa *um dos usos de um tipo de escrita chamado alfabético. E este é apenas um dos tipos de escrita que usamos na sociedade* (Cagliari, 1986:64).

Estabelecer um sistema ortográfico não é um processo rápido e aleatório. Ao contrário, até que uma determinada sociedade chegue a um consenso, muitas são as divergências entre aqueles que detém o poder da decisão e, mesmo depois de um conjunto de regras imposto, muitas contradições vão surgindo, em consequência das reformas ortográficas que costumam acontecer ao longo do tempo, modernizando os sistemas de escrita, tal como ocorreu com a língua portuguesa²⁴.

Impor um sistema ortográfico exige, portanto, a formação de uma tradição de usos, a começar pelo óbvio, que é a existência, na sociedade, de um sistema de escrita da língua. Além disso, requer um acordo quanto a correspondência entre letras e sons, ou seja, quais letras representarão este ou aquele som na escrita. Para isso, conforme Cagliari (1994:553), faz-se necessário considerar previamente questões de segmentação, pronúncia e forma lexical das palavras. Um dos problemas que surgem, segundo o autor, é escolher dentre as diferentes formas de pronúncia, qual deverá ser fixada pela ortografia. São geralmente favorecidas as

²⁴ Em 1911, em Portugal foi realizada a primeira grande reforma ortográfica da língua portuguesa. Depois, em 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa estabeleceram um acordo ortográfico entre Brasil e Portugal. Esse acordo não prevaleceu e outros foram estabelecidos (1943 e 1945, 1971 (no Brasil) e 1973 (em Portugal)), mas as divergências persistiram. Em 1975, as respectivas Academias elaboraram um novo projeto de acordo, mas este não chegou a ser aprovado por motivos políticos. Por fim, em 1986, representantes de sete países de língua portuguesa (Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) se reuniram para elaborar um projeto para a unificação da língua portuguesa nesses países.

formas consideradas cultas, faladas pelas pessoas de classes mais abastadas da sociedade, em virtude de essas pessoas terem acesso a um nível escolar privilegiado.

E essas questões

perturbam terrivelmente quem se encontra diante de uma língua que começa a ter a sua escrita própria. Os primeiros usuários começam a traçar os destinos ortográficos da língua, mas este só será estabelecido através dos tempos, como fruto de uma tradição bem estabelecida. Historicamente, as primeiras manifestações escritas, geralmente, acabam ficando como exemplos “bizarros”, recebendo o rótulo de “arcaicas” (Cagliari, 1994:553).

6.2. A ortografia da Língua Portuguesa no século XVI

Antes de mais nada, é preciso delimitar o período que historicamente é considerado como período do português arcaico. Nem sempre há concordância entre os estudiosos do assunto. Mattos e Silva (1996) caracteriza como fase arcaica da língua portuguesa o período de tempo que compreende os séculos XIII, XIV e XV, mas ressalta que esta, como qualquer outra, é uma classificação arbitrária *e está necessariamente condicionada pelos princípios que estão na base da classificação* (Mattos e Silva, 1996:15). De acordo com a autora, o século XIII é marco inicial dessa fase pelo fato de ter sido nessa época que surgiram os primeiros textos escritos em língua portuguesa. Huber (1933:21-23) e Said Ali (1964:18) estipulam o início da escrita portuguesa no século XII, mas estão de acordo que já no século IX apareceram nos textos de Portugal, escritos em latim, os primeiros vestígios de escrita em língua portuguesa. Haüy (1989:30), por sua vez, assinala o século XIII

porém, este projeto ainda não foi completamente aprovado, embora tenha norteado modernos dicionários como o do Aurélio, de Houaiss e da Academia de Ciências de Lisboa (Niskier, 2000).

como época em que os primeiros vestígios do português escrito despontaram e acentua, como marco inicial de uma escrita em língua portuguesa, o século XIV.

De forma geral, juntando pareceres diversos, os primeiros textos em português arcaico apareceram na segunda década do século XIII. São eles, o “Testamento de Afonso II” (1214) e a “Notícia do Torto” (datado entre 1214 e 1216). Além desses, outros documentos constituem-se como fontes de origem da língua portuguesa arcaica. Entre outros, são aceitas as mais antigas cantigas de amigo e de amor do Cancioneiro Medieval Português, cuja origem data do início do século XIII.

Mas, se o início do português arcaico pode ser seguramente delimitado pelo aparecimento de tais documentos escritos, o final desse período ainda necessita de dados mais esclarecedores. Mesmo considerando o século XVI como marco final, *a fase arcaica da língua, com base em fatos lingüísticos, está à espera de que se estabeleça uma cronologia relativa para o desaparecimento de características lingüísticas que configuram o português antigo em oposição ao moderno* (Mattos e Silva, 1996:16). Para a autora citada, certo é não admitir um ponto final, mas estabelecer uma fase de transição do arcaico para o português tido como moderno. Segundo ela, por enquanto, são fatores extralingüísticos que marcam o fim do período arcaico e uma nova fase histórica da Língua Portuguesa, por exemplo, a invenção da imprensa no final do século XV; a expansão portuguesa, que propiciou o contato com diferentes povos e culturas, trazendo influências não só para a vida em sociedade, mas também para a língua. Outro fator relevante foi o surgimento das gramáticas normativas de Fernão de Oliveira, em 1536, e a de João de Barros, em

1540. Finalmente, é preciso lembrar as mudanças pelas quais a Língua Portuguesa passou com o Renascimento.

Cagliari (1994) delimita como período arcaico do português os séculos XII, XIII e XIV, mas afirma que, nesses trezentos anos de escrita, sem uma tradição ortográfica, reinava, ainda, um *grande caos ortográfico* (Cagliari, 1994:103). Segundo ele, essa situação caótica só viria a mudar com a publicação de *Os Lusíadas*, de Camões, em 1572, quando essa obra, de grafia “simples e elegante”, tornou-se então um referencial ortográfico para a escrita do português.

Se assim foi, como se processava a escrita do português arcaico? Se não havia um modelo ortográfico estabelecido, como se apresentava ao escritor medieval essa questão?

Por muitos séculos, a escrita em Portugal esteve subordinada ao sistema latino. Com o passar do tempo, o latim deixou de ser língua familiar aos portugueses e, conseqüentemente, os usuários da escrita se dispuseram a tentar representar graficamente a sua própria língua materna. Essas primeiras tentativas ocorreram no registro de nomes em cartórios e só depois passaram aos textos. Era um processo conveniente utilizando o princípio acrofônico de escrita e as letras do alfabeto latino. Algumas dificuldades surgiram logo, uma vez que a língua portuguesa apresentava alguns sons que não existiam na língua latina, por exemplo, os sons palatais ‘j’, ‘ch’, ‘lh’, ‘nh’, os ditongos nasais. A grande maioria dos estudiosos do período costumam estabelecer conclusões simplistas demais a esse respeito, alegando que, nessa época, as pessoas escreviam como falavam, restringindo a ortografia arcaica a uma ortografia fonética. Mais tarde, a introdução

de certas grafias em palavras de origem grega, passou a ser conhecida como ortografia “etimológica”.

Na periodização que faz da ortografia portuguesa, Williams (1975) a subdivide em três fases: a primeira, da ortografia fonética, teria prevalecido no período do português arcaico; a segunda, da ortografia etimológica, corresponderia ao período renascentista até o século XX; a terceira, o período reformado, teria se iniciado com a vigoração da nova ortografia, adotada pelo governo português, em 1916. Todavia, mesmo aceitando que houve um sistema fonético de escrita, Williams não defende que este tenha sido um sistema simplificado como outros quiseram fazer crer. Conforme ele, *muitas inconsistências se desenvolveram* e um dos problemas era que *os escribas representaram freqüentes vezes o mesmo som de diferentes maneiras e diferentes sons da mesma maneira* (Williams, 1975:33). Melo (1981) endossa as vantagens de uma ortografia fonética, pois a ortografia de qualquer sistema lingüístico, de acordo com ele, *será tanto melhor quanto mais precisamente corresponder à realidade falada* (Melo, 1981:160). Mas, a experiência o leva a acrescentar que esse ideal é irrealizável, *em primeiro lugar por causa da multiplicidade de caracteres que isso exigiria; em segundo, por causa das variedades regionais e até individuais da pronúncia* (Melo, 1981:160).

Atualmente, começam a surgir estudos referentes à ortografia do português arcaico que são uma tentativa de esclarecimento a respeito do sistema de escrita que verdadeiramente vigorava naquele período²⁵. Cagliari (1998) admite como falsa a noção de ortografia fonética para o português antigo. Escrever como se fala,

ênfatiza o autor, é inviável para os usuários comuns da escrita, porque eles se deparam com o problema da variação dialetal. As variações dialetais são características intrínsecas de toda língua e, dessa forma, *seria muito estranho que a sociedade escrevesse uma mesma palavra de muitas formas diferentes* (Cagliari, 1998:67). Para ele, não se deve, então, ressaltar um período de ortografia fonética para o português antigo, mas salientar que o que ocorria, como já foi afirmado antes, era uma escrita baseada no modelo latino, sim, mas em grande parte intuitiva por parte dos escribas, o que ocasionava muitas confusões ortográficas devido à variação dialetal e ao uso pessoal que as pessoas faziam da grafia das palavras.

Somente com o estabelecimento de uma ortografia (tradicionalmente oficial, porém fixa), a grafia das palavras já não podia ser escrita de acordo com as decisões pessoais. É por isso que Cagliari (1998:67) ênfatiza a idéia, segundo a qual a função básica da ortografia é neutralizar a variação lingüística na escrita.

²⁵ Para maiores esclarecimentos a esse respeito, há nas referências bibliográficas deste trabalho alguns estudos interessantes, tais como os de Cagliari (1994, 1998, 2001a, 2001b, 2001c) e os de Mattos e Silva (1996).

Capítulo VII – Segmentação

7.1. A separação de palavras

A maioria das palavras usadas na Carta apresenta grande semelhança com a forma de escrita da Língua Portuguesa em todos os tempos, ou seja, as palavras são facilmente reconhecíveis, do ponto de vista de sua apresentação ortográfica, mesmo para um leitor dos dias de hoje. Por exemplo:

(1a) *anoute seguimte ventou tamto sueste cõ chuuaçeiros
que fez caçar as naaos e especialmente acapita
na. (2r9-11).*

(1b) a noite seguinte ventou tanto sudoeste com chuvaceiros
que fez caçar as naus e especialmente a capita/na²⁶.

(1a) representa um trecho da Carta e (1b), uma versão atual da mesma, respeitando as palavras do autor. Embora haja diferenças, entre (1a) e (1b), a leitura flui com muita facilidade nas duas versões, eventualmente, encontrando alguma dificuldade semântica com termos em desuso hoje, como a palavra *chuvaceiros*.

A maioria das palavras apresenta uma segmentação, cuja marca na escrita é o espaço em branco, que corresponde à segmentação tradicional das palavras na língua. Nota-se, entretanto, que aparecem muitas palavras ajuntadas ou aglutinadas.

7.2. Palavras ajuntadas

Com relação às palavras ajuntadas, encontramos o seguinte:

i. artigo definido singular ‘o’, ‘a’ juntando-se à palavra seguinte ou anterior²⁷:

<i>queo</i> (1r2)	(que o)
<i>anoua</i> (1r3)	(a nova)
<i>ocapitam</i> (1r27)	(o capitão)
<i>omonte</i> (1v6)	(o monte)
<i>aterra</i> (3r5)	(a terra)

ii. o artigo plural aparece comumente aglutinado à palavra anterior:

<i>eos</i> (1v12)	(e os)
<i>eas</i> (2V25)	(e as)

iii. no exemplo abaixo, o artigo plural apareceu aglutinado ao início da palavra:

<i>osvazios</i> (5v19)	(os vazios)
------------------------	-------------

²⁶ As palavras ou trechos da Carta serão sempre escritos em itálico e a escrita dos mesmos em Português atual, em fonte normal. A barra inclinada no meio de uma palavra significa que a palavra foi escrita em parte no final de uma linha e em parte no início da linha seguinte.

²⁷ As palavras dentro de parênteses, na coluna à direita, correspondem às formas atuais das palavras retiradas da Carta.

iv. além do artigo definido, podem ocupar a primeira posição de um grupo de palavras aglutinadas, as preposições: *a, de, ataa, pera, com, per*:

<i>avossa</i> (1r3)	(a vossa)
<i>demarço</i> (1r17)	(de março)
<i>dagram</i> (1r19)	(da grande)
<i>ataa</i> (1r30)	(até + a)
<i>peraveer</i> (1v23)	(para ver)
<i>comfeçam</i> (2v27)	(com feição)
<i>perhy</i> (3v29)	(por ali)

v. a conjunção 'e' e os pronomes pessoais 'a' e 'o' podem ocupar a mesma posição inicial de um grupo de palavras aglutinadas:

<i>Easy</i> (1r29)	(E assim)
<i>evieram</i> (1v20)	(e vieram)
<i>Esendo</i> (2r24)	(E sendo)
<i>atomaram</i> (3r14)	(a tomaram)
<i>otomamos</i> (12v8)	(o tomamos)
<i>asvy</i> (10r7)	(as vi)

vi. em exemplos como os apresentados abaixo, ocorrem formas aglutinadas de preposição com o artigo indefinido:

<i>ahũũas</i> (1r28)	(a umas)
<i>dhũũ</i> (1v3)	(de um)

vii. foram encontradas, ainda, as seguintes ocorrências:

<i>caaquilo</i> (1r11)	(ca + aquilo = do que aquilo)
<i>todaaquela</i> (1v10)	(toda aquela)

<i>todaaquela</i> (1v10)	(toda aquela)
<i>deulhes</i> (1v34)	(deu lhes)
<i>trouueos</i> (2v2)	(trouxe-os)
<i>seriamja</i> (2r19)	(seriam já)
<i>bemjentijs</i> (4r26)	(bem gentis)
<i>javy</i> (5r33)	(já vi)

viii. podem ocorrer aglutinadas duas formas das mencionadas acima, como se mostra a seguir:

<i>ataa</i> (1r30)	(duas preposições ‘ate’ + ‘a’)
<i>eos</i> (1v12)	(conjunção ‘e’ + artigo ‘os’)
<i>Eaa</i> (2r11)	(conjunção ‘e’ + preposição ‘a’)

ix. como segundo elemento de uma forma aglutinada, temos o artigo definido masculino singular, os artigos indefinidos de plural, a preposição *a*, os pronomes *se* e *lhe*, o advérbio *já* e os pronomes *a* e *o*:

<i>queo</i> (1r2)	(que o)
<i>ahũũas</i> (1r28)	(a umas)
<i>dhũũ</i> (1v3)	(de um)
<i>ataa</i> (1r30)	(até + a)
<i>meteramse</i> (2r28)	(meteram-se)
<i>deulhe</i> (7r34)	(deu lhe)
<i>seriamja</i> (2r19)	(seriam já)
<i>levouo</i> (3v35)	(levou-o)
<i>meteua</i> (10v19)	(meteu-a)

Os dados indicam que há um conjunto muito limitado e específico de itens lexicais que podem aparecer aglutinados em outros:

i. como primeiro elemento: *o, a (art.), a (prep.), de, pera, ataa, com, e, ca, toda, bem, já, a (pron.), o (pron.)*

ii. como segundo elemento: *o, a (prep.), hũũ, hũũas, lhe, ja, se, o (pron.), a (pron.)*

7.3. Palavras “cortadas”

Por outro lado, foram encontradas palavras cortadas de maneira a separar dois elementos que, tradicionalmente, permanecem juntos na ortografia:

<i>tam bem</i> (1r5)	(também)
<i>por tanto</i> (1r14)	(portanto)
<i>qual quer</i> (4r12)	(qualquer)
<i>em quanto</i> (5r23)	(enquanto)
<i>cõ nosco</i> (6v4)	(conosco)
<i>de vagar</i> (13r9)	(devagar)

Capítulo VIII – Ortografia das Vogais

8.1. Vogal sem estar contígua com outra:

Ocorrências da vogal A:

- Em início de palavras:

<i>afear</i> (1r10)	(afear)
<i>achamos</i> (1r18)	(achamos)
<i>aquele</i> (1r20)	(aquele)
<i>aves</i> (1v1)	(aves)
<i>asentado</i> (2v31)	(assentado)
<i>amarelas</i> (8v15)	(amarelas)

- No interior de palavras:

<i>falar</i> (1r7)	(falar)
<i>cuidado</i> (1r14)	(cuidado)
<i>carapuça</i> (1v35)	(carapuça)
<i>mataram</i> (4v34)	(mataram)
<i>Rapados</i> (8v32)	(rapados)

- No final de palavras:

<i>frota</i> (1r2)	(frota)
<i>obra</i> (1r32)	(obra)
<i>vela</i> (2r28)	(vela)
<i>beira</i> (4r1)	(beira)
<i>mourisca</i> (13r1)	(mourisca)

Ocorrências da vogal E:

- No início de palavras:

<i>esse</i> (1r14)	(esse)
<i>esquifes</i> (1v20)	(esquifes)
<i>eles</i> (1v31)	(eles)
<i>especialmente</i> (2r10)	(especialmente)
<i>espelhos</i> (4r19)	(espelhos)
<i>espraya</i> (5v33)	(espraya)
<i>este</i> (7r26)	(este)

- No interior de palavras:

<i>alteza</i> (1r3)	(alteza)
<i>barrete</i> (1v34)	(barrete)
<i>cabeça</i> (1v35)	(cabeça)
<i>penas</i> (2r2)	(penas)
<i>orelhas</i> (2v21)	(orelhas)
<i>pareciam</i> (7r3)	(pareciam)

- No final de palavras:

<i>vontade</i> (1r9)	(vontade)
<i>aquele</i> (1r20)	(aquele)
<i>forte</i> (1r26)	(forte)
<i>doce</i> (3v30)	(doce)
<i>fonte</i> (8v34)	(fonte)

Ocorrências da vogal I:

- A vogal I em posição de núcleo silábico ocorre apenas no interior de palavras:

<i>disso</i> (1r5)	(disso)
--------------------	---------

<i>piloto</i> (1r24)	(piloto)
<i>compridas</i> (1r34)	(compridas)
<i>sinal</i> (1v31)	(sinal)
<i>narizes</i> (2v6)	(narizes)

• Diante de consoante nasal, que ocorre imediatamente antes de uma consoante oclusiva, a letra I, provavelmente, tinha uma qualidade nasalizada²⁸, como em:

<i>simgraduras</i> (1r12)	(singraduras)
<i>limpa</i> (1v10)	(limpa)
<i>himdo</i> (1v13)	(indo)
<i>tinta</i> (4v15)	(tinta)

Observações:

No levantamento de ocorrências de vogais em posição de núcleo silábico, as vogais A, E, O ocorrem nos três contextos: inicial, medial e final. Porém, a vogal I não aparece em início e final de palavras. Nesses contextos, encontra-se o equivalente representado pelas letras J e Y:

<i>ilhas</i> (1r22)	(ilhas)
<i>isto</i> (2r6)	(isto)
<i>igual</i> (2v29)	(igual)
<i>irmão</i> (13v33)	(irmão)
<i>isso</i> (8r13)	(isso)
<i>aqui</i> (1r10)	(aqui)
<i>ali</i> (1r19)	(ali)
<i>tambor</i> (11v15)	(tambor)

²⁸ Casos semelhantes com outras vogais provavelmente representam ocorrências de vogais nasalizadas do mesmo tipo.

O J com valor de I só aparece no início e meio de palavras, nunca no final. Já o Y, com valor de I, ocorre nos três contextos.

Ocorrências da vogal O:

- Em início de palavras:

<i>obra</i> (1r20)	(obra)
<i>orelhas</i> (2v21)	(orelhas)
<i>olho</i> (3r3)	(olho)
<i>ovelha</i> (11v8)	(ovelha)
<i>ossos</i> (8v23)	(ossos)
<i>onde</i> (12r1)	(onde)

- No interior de palavras:

<i>pilotos</i> (1r14)	(pilotos)
<i>poder</i> (1r27)	(poder)
<i>âncoras</i> (1v9)	(âncoras)
<i>moça</i> (7r14)	(moça)
<i>colhemos</i> (7v5)	(colhemos)
<i>sacerdotes</i> (12r6)	(sacerdotes)

- No final de palavras:

<i>disso</i> (1r5)	(disso)
<i>alto</i> (1v3)	(alto)
<i>sombreiro</i> (1v36)	(sombreiro)
<i>estrado</i> (2v32)	(estrado)
<i>acabado</i> (12r23)	(acabado)

Ocorrências da vogal U:

• A vogal U, em posição de núcleo de sílaba, ocorre apenas no interior de palavras:

<i>seguro</i> (2r23)	(seguro)
<i>furados</i> (2v11)	(furados)
<i>carapuças</i> (3v12)	(carapuças)
<i>costumes</i> (6r22)	(costumes)
<i>curar</i> (10v2)	(curar)

• Formando dígrafos com as letras Q e G:

<i>que</i> (1r4)	(que)
<i>seguinte</i> (1r24)	(seguinte)
<i>ninguém</i> (4v26)	(ninguém)
<i>esquife</i> (5v4)	(esquife)

A vogal U não ocorreu em início e em final de palavras, talvez porque, nesse caso, não tenha sido usada nenhuma palavra iniciada por 'u', como pode ser verificado na Carta.

8.2. Vogais em posição de hiato:

As seqüências de vogais que formam hiatos na Carta são semelhantes às encontradas ainda hoje em português.

• Ocorrências de hiatos com a vogal A seguida de outra vogal:

<i>campainhas</i> (3v16)	(campainhas)
<i>saíram</i> (3v26)	(saíram)

<i>louçaynha</i> (4v11)	(louçainha)
<i>saisem</i> (5v27)	(saíssem)

• Ocorrências de hiatos com a vogal A precedida de outra vogal:

<i>afear</i> (1r10)	(afear)
<i>canareas</i> (1r18)	(Canárias)
<i>chegariamos</i> (1v16)	(chegaríamos)
<i>jnocemçia</i> (2v9)	(inocência)
<i>trosqujados</i> (2v19)	(tosquiados)
<i>trosquya</i> (2v19)	(tosquia)
<i>seria</i> (2v24)	(seria)
<i>toar</i> (2v34)	(Tovar)
<i>espadoas</i> (4r27)	(espáduas)
<i>duas</i> (4v4)	(duas)

• Ocorrências de hiatos com a vogal E seguida de outra vogal:

<i>afear</i> (1r10)	(afear)
<i>canareas</i> (1r18)	(Canárias)
<i>meudas</i> (2r4)	(miúdas)
<i>creo</i> (2r5)	(creio)
<i>cheo</i> (4v12)	(cheio)
<i>estorea</i> (5r18)	(estórea)

• Ocorrências de hiatos com a vogal E precedida de outra vogal:

<i>poer</i> (1r10)	(pôr)
<i>coelho</i> (1v23)	(Coelho)
<i>sueste</i> (2r9)	(sueste)

Ocorrências de hiatos com a vogal I seguida de outra vogal:

<i>pior</i> (1r8)	(pior)
-------------------	--------

<i>chegariamos</i> (1v16)	(chegaríamos)
<i>navios</i> (2r22)	(navios)
<i>jnocemçia</i> (2v9)	(inocência)
<i>querjamonos</i> (3r30)	(queríamos-nos)
<i>graciosa</i> (4v18)	(graciosa)
<i>podiamos</i> (6r12)	(podíamos)
<i>giolho</i> (7r7)	(joelho)
<i>coredios</i> (2v19)	(corredios)
<i>frio</i> (10v4)	(frio)

- Ocorrências de hiatos com a vogal I precedida de outra vogal:

<i>canpainhas</i> (3v16)	(campainhas)
<i>sairam</i> (3v26)	(saíram)
<i>saisem</i> (5v27)	(saíssem)
<i>louçaynha</i> (4v11)	(louçainha)

- Ocorrências de hiatos com a vogal O seguida de outra vogal:

<i>poer</i> (1r10)	(pôr)
<i>coelho</i> (1v23)	(Coelho)
<i>espadoas</i> (4r27)	(espáduas)
<i>toar</i> (2v34)	(Tovar)

- Ocorrências de hiatos com a vogal O precedida de outra vogal:

<i>papagayo</i> (2r3)	(papagaio)
<i>creo</i> (2r5)	(creio)
<i>navios</i> (2r22)	(navios)
<i>cheo</i> (4v12)	(cheio)
<i>graciosa</i> (4v18)	(graciosa)
<i>giolho</i> (7r7)	(joelho)

<i>frio</i> (10v14)	(frio)
<i>vertuoso</i> (12v14)	(virtuoso)

- Ocorrências de hiatos com a vogal U seguida de outra vogal:

<i>sueste</i> (2r9)	(sueste)
<i>duas</i> (4v4)	(duas)
<i>nuas</i> (7r11)	(nuas)
<i>vertuoso</i> (12v14)	(virtuoso)

- Ocorrências de hiatos com a vogal U precedida de outra vogal:

<i>meudas</i> (2r4)	(miúdas)
---------------------	----------

8.3. Vogais na formação de ditongos:

- Ditongos crescentes

No português arcaico não havia ditongos crescentes, exceto depois das oclusivas [k] e [g] + vogal, como nos exemplos abaixo:

<i>legoas</i> (1r21)	(léguas)
<i>agoa</i> (2r21)	(água)
<i>mjngoa</i> (2v30)	(míngua)

Todos os demais casos representam provavelmente uma pronúncia com hiatos e não com ditongos, como em:

<i>almaadia</i> (2r35) = al.ma.di.a	(almadia)
<i>coredios</i> (2v19) = co.re.di.os	(corredios)

- Ditongos decrescentes:

Os ditongos decrescentes são abundantes na Carta e todos são formados com I (E, J, Y) ou U (O) como glides. Em ditongos ‘ou’, cuja vogal núcleo é a letra O, seja em início, meio ou final de palavras, a semivogal (ou glide) será sempre representada pela letra U. Nos casos em que qualquer outra vogal constitui o núcleo, a semivogal será representada pela letra O.

Vogal + I (E, J, Y):

<i>saiba</i> (1r7)	(saiba)
<i>darey</i> (1r12)	(darei)
<i>majs</i> (1r28)	(mais)
<i>synnaes</i> (1r31)	(sinais)
<i>quaaes</i> (1r33)	(quais)
<i>cascavees</i> (3v15)	(cascavéis)
<i>carpenteiros</i> (9v12)	(carpinteiros)
<i>maneira</i> (9v21)	(maneira)

Vogal + U (O):

<i>pareceo</i> (1r11)	(pareceu)
<i>njcolaaio</i> (1r23)	(Nicolau)
<i>perdeo</i> (1r25)	(perdeu)
<i>naao</i> (1r26)	(nau)
<i>vio</i> (3r6)	(viu)
<i>causou</i> (12v14)	(causou)
<i>sobio</i> (12v10)	(subiu)
<i>ceeo</i> (12v7)	(céu)

Ditongo OU:

<i>outros</i> (1r3)	(outros)
<i>achou</i> (1r5)	(achou)
<i>pregou</i> (1r7)	(pregou)
<i>pouco</i> (1r22)	(pouco)
<i>ventou</i> (2r9)	(ventou)
<i>pouso</i> (2r16)	(pouso)
<i>dous</i> (2r35)	(dois)
<i>ouro</i> (3r6)	(ouro)
<i>moutas</i> (3v32)	(moitas)
<i>ourjço</i> (8v24)	(ouriço)
<i>choupanjhas</i> (8r35)	(choupaninhas)
<i>trouuemola</i> (12r5)	(trouxemo-la)
<i>noute</i> (4v35)	(noite)

Há, no entanto, exceções. Em algumas palavras com ditongos de núcleo silábico representado pela vogal E, o glide é graficamente representado pela letra U:

<i>eu</i> (1r6)	(eu)
<i>meu</i> (14r10)	(meu)
<i>deu</i> (1v35)	(deu)
<i>bertolameu</i> (4v7)	(Batolomeu)

A interpretação de ‘vio’ (3r6) como ditongo e de ‘navios’ (2r22) como hiato tem como referência uma possível pronúncia antiga, semelhante à atual. Na palavra ‘navio’ ocorre também um possível ditongo ‘io’, como acontece hoje.

8.4. Vogais duplicadas

Segundo a interpretação de João de Barros (1540:374-375) o que se escrevia com vogais duplicadas representava o que ele chamava de vogais “grandes” em oposição à “pequenas”. Said Ali (1964:34-36), por sua vez, interpreta as vogais duplicadas como diferentes das vogais simples, podendo ou não ocorrer em sílabas tônicas no português mais antigo como nos cancioneiros. Segundo sua interpretação as vogais duplicadas, em alguns casos, também podem ser interpretadas como casos de hiato, portanto, pertencendo a duas sílabas distintas, como *seer* (1r27) e *veer* (13v12) que vêm do latim *sedere* e *vedere* (Coutinho, 1976: 72-73). Na época de Caminha, os gramáticos reconhecem que a escrita de vogais duplicadas tinha como finalidade principal indicar a tonicidade (Coutinho, 1976:73 e Said Ali, 1964: 36).

• Exemplos:

<i>teer</i> (1r14)	(ter)
<i>seer</i> (1r27)	(ser)
<i>veer</i> (13v12)	(ver)
<i>vaasco</i> (1r25)	(Vasco)
<i>naao</i> (1r26)	(nau)
<i>synaaes</i> (1r31)	(sinais)
<i>ataa</i> (1v14)	(até a)
<i>nuus</i> (1v28)	(nus)
<i>soomente</i> (1v34)	(samente)
<i>almaadia</i> (2r35)	(almadia)
<i>seetas</i> (3v12)	(setas)
<i>cabaacos</i> (4r2)	(cabaços)
<i>camaroes</i> (5v36)	(camarões)
<i>soo</i> (9r23)	(só)
<i>lencooes</i> (11v34)	(lençóis)

<i>beesta</i> (12r11)	(besta)
<i>ceeo</i> (12v32)	(céu)

- Vogais duplicadas formadas com a grafia juntada de dois vocábulos:

<i>aas</i> (1r21)	(às)
<i>aaquele</i> (4v9)	(àquele)
<i>aaparte</i> (4v23)	(à parte)
<i>atarde</i> (4v33)	(à tarde)
<i>aamisa</i> (5r15)	(à missa)
<i>comeela</i> (4v20)	(como ela)
<i>comaas</i> (8v3)	(como as)
<i>comeesta</i> (9r10)	(como esta)

- Outros casos:

A letra I só aparece duplicada na indicação de números, quando há indicação de mais de uma unidade. Nesses casos, o I estará sempre anterior à letra J que representará a última unidade:

<i>biiij</i> (1r18)	(VIII)
<i>xiiiij</i> (1v13)	(XIV)
<i>xbiiij</i> (1v27)	(XVIII)
<i>iiij</i> (5r34)	(IV)

Todavia, há muitas ocorrências de vogal I antecedendo o J, quando este equivale foneticamente à letra I:

<i>vijndo</i> (4v1)	(vindo)
<i>tijnha</i> (4v18)	(tinha)
<i>quadrijs</i> (5v18)	(quadris)
<i>sijnprezidade</i> (11r31)	(simplicidade)

As vogais duplicadas ‘uu’ têm valor fonético de *uv*, com raras exceções como em *nuus* (1v28) e nas formas nasalizadas ‘ũũ’, nas quais as vogais duplicadas representavam apenas uma vogal (longa ou acentuada).

uv:

<i>ouemos</i> (1r22)	(houvemos)
<i>chuuaceiros</i> (2r9)	(chuvaceiros)
<i>ouuja</i> (4r32)	(ouvia)
<i>ouue</i> (4r5)	(houve)
<i>ouujda</i> (5r11)	(ouvida)

ũũ:

<i>ahũũmas</i> (1r28)	(a umas)
<i>dhũũ</i> (1v3)	(de um)
<i>hũũ</i> (1v34)	(um)

uu:

<i>nuus</i> (1v28)	(nus)
--------------------	-------

- A ocorrência de ‘uu’ foi encontrada também nas seguintes formas verbais:

<i>trouueos</i> (2v2)	(trouxe-os)
<i>trouueranlhes</i> (3r18)	(trouxeram-lhes)
<i>trouuemolo</i> (4v10)	(trouxemo-lo)

8.5. Casos de variação

De acordo com Said Ali (1964), muitas vezes, a alternância de A para E, e vice-versa, muitas vezes em sílabas átonas, mostra que, no português antigo, existia um ‘a’ “fechado” em oposição a um ‘a’ mais “aberto”:

<i>amtre</i> (1r17)	(entre = prep.)
<i>amrique</i> (5r8)	(Henrique)
<i>auamjelho</i> (5r14)	(evangelho)

A variação das vogais I/E e O/U, quando não em ditongos é justificada por Williams (1975: 17-18)ecorrente de uma “confusão ortográfica” entre aquelas letras. Essa confusão ocorria pela impressão de que ‘i’ e ‘e’ representavam o mesmo som, assim como ‘o’ e ‘u’. Além dessa interpretação (como variação), nota-se que eles representam também casos de hipercorreção:

<i>deligencias</i> (1r27)	(diligencias)
<i>deziã</i> (1r32)	(diziam)
<i>fezemos</i> (1v11)	(fizemos)
<i>meudo</i> (4v34)	(miúdo)
<i>apaceficar</i> (6r34)	(apacificar)
<i>posesem</i> (1v31)	(pusessem)
<i>poseram</i> (1v32)	(puseram)
<i>molheres</i> (4v19)	(mulheres)
<i>cubertura</i> (5v7)	(cobertura)
<i>douido</i> (11r28)	(duvido)
<i>custumada</i> (11v9)	(acostumada)
<i>fogidos</i> (13r31)	(fugidos)

• Outros casos de variações:

Outras variações, como as apresentadas abaixo, provavelmente representavam pronúncias próprias daquela época, de uso pelo escrivão. A identificação de uma variante fonética, como no caso dos sons ‘i’ e ‘e’ e ‘o’ e ‘u’ não se aplica nesses casos que seguem abaixo. Alguns casos, como na palavra ‘faramenta’ (9r16), levam a supor que houvesse já naquela época o aparecimento de um “chuaá” representado ora por ‘a’ ora por ‘e’ (se nasal, também por ‘o’) (veja a referência a Said Ali, feita anteriormente):

<i>precurava</i> (3r37)	(procurava)
<i>pola</i> (3v1)	(pela)
<i>fre/mossa</i> (3v5/6)	(formosa)
<i>degradado</i> (4v2)	(degredado)
<i>bertolameu</i> (4v7)	(Bartolomeu)
<i>lho</i> (5v6)	(lhe)
<i>apreposito</i> (5v21)	(a propósito)
<i>escandolo</i> (6r33)	(escândalo)
<i>mandarom</i> (4v2)	(mandaram)
<i>acharom</i> (5v35)	(acharam)
<i>asesegados</i> (12r27)	(sossegados)
<i>afaramenta</i> (9v16)	(a ferramenta)

As formas ‘cubertas’ (9r12) e ‘descubertas’ (7r12) mostram que, já na época de Caminha, as sílabas pretônicas podiam sofrer um processo de redução vocálica, indo no sentido oposto ao da harmonia vocálica.

Nas formas verbais ‘aleuantar’ (5r6) e ‘aleuantarane’ (5r28), oriundas do latim ‘levantare’, aparece a vogal ‘a’ acrescentada ao início dessas palavras em

registros ortográficos já dos séculos XIII (Cunha, 1996: 472). Essa forma durou ainda alguns séculos, antes de perder o ‘a’ que tinha sido acrescentado.

A grafia com ‘u’ depois de G e Q, tal como aparece nos exemplos abaixo, era uma prática comum²⁹:

<i>diguo</i> (1r5)	(digo)
<i>loguo</i> (2r34)	(logo)
<i>açerqua</i> (2v9)	(acerca)
<i>lar/gua</i> (3v2/3)	(larga)
<i>careguo</i> (14r5)	(carrego)

Com relação às palavras:

<i>trautando</i> (12v12)	(tratando)
<i>bautizar</i> (13r11)	(batizar)

Dulce Paiva (1988) afirma que elas resultaram de um processo de vocalização dos sons [k] e [p] das palavras latinas ‘tractaru’ e ‘baptizare’, respectivamente.

8.6. O caso da letra Y:

A letra Y, usada com o valor fonético de uma letra I, ocorre nos seguintes contextos:

- Em início de palavras:

<i>yssu</i> (1r31)	(isso)
--------------------	--------

²⁹ Segundo Coutinho (1976), tinha a finalidade de reforçar o caráter velar das letras G e Q.

- No interior de palavras:

<i>synaaes</i> (1r31)	(sinais)
<i>vyuo</i> (2r33)	(vivo)
<i>nysto</i> (12r13)	(nisto)

- Na fronteira de hiato:

<i>trosquya</i> (2v19)	(tosquia)
<i>comya</i> (5v21)	(comia)

- Formando sílaba sozinha, na fronteira de hiatos:

<i>sayo</i> (4v23)	(saio)
<i>loçaynha</i> (4v11)	(loçainha)
<i>baya</i> (4v25)	(baía)

- Na posição de coda, com o valor de glide:

<i>saberey</i> (1r13)	(saberei)
<i>foy</i> (1r16)	(foi)
<i>papagayo</i> (2r3)	(papagaio)
<i>praya</i> (2r19)	(praia)
<i>sey</i> (4r35)	(sei)
<i>joya</i> (10v24)	(jóia)

Na palavra ‘sayo’ (4v23), a divisão silábica é *sa.y.o*, uma vez que o português antigo provavelmente não tinha ditongos crescentes, a não ser depois de consoante oclusiva.

A letra Y aparece também com um ponto sobrescrito *y̆*. É mais raro encontrar o *y̆* diante de consoante, sendo mais comum em fim de palavra, sobretudo diante de ponto final.

V y̆ e (1r11)

hy̆ ./ (3r11)

foy̆ segunda (1r16)

javy̆ . (5r33)

aquy̆ per (6r17)

aly amdamos (1r19)

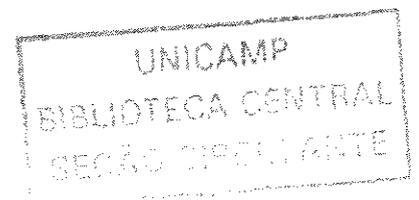
asy outras (1r35)

hy estã/do (5v34)

hy todo (6r23)

daquy partisemos (6r35)

Na palavra 'da mãe', escrita *damay* (7r17) ficou faltando o sinal de nasalidade do ditongo final.



Capítulo IX – Ortografia das consoantes

9.1. Letra J

Letra J equivalente foneticamente à letra I. Ocorre nos seguintes contextos:

Na posição de núcleo de sílaba:

- Em início de palavras:

<i>ilhas</i> (1r22)	(ilhas)
<i>jsto</i> (2r6)	(isto)
<i>jigual</i> (2v29)	(igual)

- No interior de palavras:

<i>segujmos</i> (1r29)	(seguimos)
<i>manjlha</i> (4r9)	(manilha)
<i>comprjdos</i> (4r26)	(compridos)
<i>acjma</i> (4v16)	(acima)

- Na fronteira de hiato:

<i>naujos</i> (1v12)	(navios)
<i>trosqujados</i> (2v19)	(tosquiados)

- Formando sílaba sozinha, na fronteira de hiatos:

Não ocorre.

- Na posição de coda, com o valor de glide:

<i>majs</i> (1r28)	(mais)
<i>mujta</i> (1r33)	(muita)

<i>com/feitos</i> (3r15-16)	(confeitos)
<i>lujtavam</i> (9v10)	(lutavam)

Observações:

Há muitas ocorrências de J seguindo a vogal I. No português antigo, eram comuns as vogais geminadas ou duplicadas:

<i>vijnham</i> (1v30)	(vinham)
<i>dijaz</i> (3v10)	(Dias)
<i>barijs</i> (4r3)	(barris)
<i>quadrijs</i> (5v18)	(quadris)
<i>sijnprezidade</i> (11r31)	(simplicidade)

Na palavra *vir*, grafada *vijr̄* (8r28), aparece o traço de abreviatura sobreposto a toda a palavra. Essa forma gráfica é estranha porque não houve nenhuma abreviação nem a indicação de nasalidade.

A letra J é usada também na grafia dos números. Se houver mais de uma indicação de unidades, somente a última letra será o J, as anteriores serão I.

<i>bj</i> (1v8)	(VI)
<i>xiiij</i> (1v13)	(IX)
<i>xbiiij</i> (1v27)	(XVIII)

A letra J não aparece como letra I em final de palavras. Nesse caso, o mais comum é a ocorrência de Y.

Em início de palavras, a letra J pode se juntar à preposição *de*, com queda do 'e':

<i>djmfindas</i> (10r8)	(de infindas)
-------------------------	---------------

A letra J ocorre, às vezes, na forma de letra maiúscula em início de palavras:

<i>J</i> norância (1r9)	(ignorância)
<i>J</i> ouuesemos (2r16)	(houvéssemos)
<i>J</i> sto (3r28)	(isto)

Letra J com valor fonético de G. Ocorre nos seguintes contextos:

- Em início de palavras:

<i>j</i> a (2r17)	(já)
<i>j</i> unto (2r19)	(junto)
<i>j</i> eeral (6r21)	(geral)
<i>j</i> emte (13r3)	(gente)
<i>j</i> enro (14r10)	(genro)

- Em sílabas internas de palavras:

<i>a</i> ja (1r10)	(haja)
<i>a</i> ncorajem(1v10)	(ancoragem)
<i>l</i> auajem (2v30)	(lavagem)
<i>q</i> uartejados (4r22)	(quartejados)
<i>a</i> uamjelho (4r14)	(evangelho)
<i>a</i> beijasemos (11r19)	(a beijássemos)
<i>b</i> eijala (11r22)	(beijá-la)

9.2. Letra L:

Ocorre nos seguintes contextos, ocupando a posição de *onset*:

- Em início de palavras:

<i>l</i> ançar (1v7)	(lançar)
----------------------	----------

<i>legoas</i> (1v9)	(léguas)
<i>limpa</i> (1v10)	(limpa)
<i>linho</i> (1v35)	(linho)

- No meio de palavras:

<i>pilotos</i> (1r14)	(pilotos)
<i>falar</i> (1r15)	(falar)
<i>aquele</i> (1r20)	(aquele)
<i>amarelas</i> (4v14)	(amarelas)

- Ocupando a posição de *coda*:

<i>calma</i> (1r20)	(calma)
<i>alto</i> (1v3)	(alto)
<i>pascoal</i> (1v6)	(Pascoal)
<i>sol</i> (1v8)	(sol)
<i>volueo</i> (2r6)	(volveu)
<i>almaadia</i> (2r35)	(almadia)

Nota: O ‘l’ em posição de coda tem hoje, no Brasil, o som de um glide ‘u’, porém em Portugal, ainda tem o som de ‘l’ velarizado. Na Carta, o mais provável é que essas ocorrências de ‘l’ representassem o som de ‘l’ e não de ‘u’.

- Formando dígrafo ‘lh’:

<i>milhor</i> (1r6)	(milhor)
<i>ilhas</i> (1r22)	(ilhas)
<i>lhe</i> (1r24)	(lhe)
<i>botelho</i> (1r35)	(botelho)

- O emprego de ‘ll’ ocorre apenas no meio de palavras:

<i>vella</i> (1v11)	(vela)
<i>naquillo</i> (3v33)	(naquilo)
<i>elles</i> (5v22)	(eles)
<i>elle</i> (12v33)	(ele)

Para Said Ali (1964:43), essa duplicação de ‘l’ não se justifica pela etimologia nem pela analogia. Coutinho (1976:74) e Huber (1933:49) aceitam-na como influência do latim para indicar o som palatal [ʎ]. Williams (1975) só se refere a ‘ll’ finais e antes de consoantes, mas afirma que nos primeiros textos escritos em português o [ʎ] era representado por três grafias: *l*, *li*, *ll*. Nas palavras acima, ‘ll’ não parece indicar o som de [ʎ], mas da lateral alveolar [ʎ].

As formas verbais ‘deixar’ (6r34) e ‘deixarei’ (1r5) aparecem, na Carta, escritas *leixar* e *leixarey*. Hoje, ‘leixar’ não é mais usada, em seu lugar usa-se ‘deixar’ (Machado, 1954: vol. I: 757).

A palavra ‘bailaram’ aparece escrita *bailharã* (11v16). Pode-se afirmar que o ‘h’ nessa palavra é o resultado de um cochilo ortográfico do escrevente, a não ser que represente uma pronúncia própria do dialeto de Caminha.

9.3. Letra R:

A letra R ocorre nos seguintes contextos:

• Em início de palavras, a letra 'r' é sempre maiúscula para representar o som de 'rr':

<i>Rosairo</i> (3r23)	(rosário)
<i>Redomdo</i> (1v4)	(redondo)
<i>Rio</i> (1v15)	(rio)
<i>Ribeira</i> (7v2)	(ribeira)
<i>Roupa</i> (9v2)	(roupa)
<i>Recolheo</i> (10r30)	(recolheu)
<i>Reuolta</i> (10v23)	(revolta)

• No meio de palavras, em contexto intervocálico, com som de 'rr':

<i>amarados</i> (1r14)	(amarrados)
<i>tera</i> (1r31)	(terra)
<i>barrete</i> (1v34)	(barrete)
<i>coredios</i> (2v19)	(corredios)
<i>boracha</i> (4r19)	(borracha)

• No meio de palavras, em contexto intervocálico, o som de 'rr' também pode ser representado pelo 'r' maiúsculo:

<i>aRecife</i> (2r26)	(recife)
<i>aRibaram</i> (2r29)	(arribaram)
<i>oRostro</i> (2v10)	(o rosto)
<i>aRoz</i> (10r15)	(arroz)

• No meio de palavras com som de 'r' simples:

<i>canareas</i> (1r18)	(Canárias)
<i>mulheres</i> (4v19)	(mulheres)
<i>estorea</i> (5r18)	(estória)
<i>asentaramse</i> (5r27)	(assentaram-se)

parecese (5v14)

(parecesse)

- No meio de algumas palavras, entre consoante e vogal, ocorre *rr*:

obrra (2r19)

(obra)

homrra (13r31)

(honra)

Jenrro (14r10)

(genro)

Há ocorrências de *r* substituindo a letra *l*. A troca de *r* por *l* é um fenômeno muito freqüente nos falantes do português. Por exemplo, muitos dizem *craru*, *brusa*, *pranta*, *pobrema*:

comcrudiram (6r15)

(concluíram)

aconcrusam (6r16)

(a conclusão)

Em algumas palavras ocorre metátese do ‘r’:

preguntou (6r16)

(perguntou)

detremjnado (6r36)

(determinado)

preguntava (7r23)

(perguntava)

fremosos (9r32)

(formosos)

Em algumas palavras o ‘r’ ocorre como epêntese:

trosqujados (2v19)

(tosquiados)

trosquya (2v19)]

(tosquia)

cru/nho (11r32/11v1)

(cunho)

9.4. Letra S:

A letra S é usada nos seguintes contextos:

- Em início de palavras:

<i>seetas</i> (6v16)	(setas)
<i>sonbreiros</i> (6v17)	(sombreiros)
<i>senpre</i> (7r19)	(sempre)
<i>sem</i> (7r21)	(sem)
<i>saay</i> (7v27)	(sai)
<i>saimos</i> (8v1)	(saímos)
<i>seixas</i> (10r4)	(seixas)

- Excepcionalmente, na Carta, ocorre *ss* em contexto inicial, na palavra ‘*sse*’

(5v25) = se.

- Em meio de palavras, ocorre ‘s’ em contexto intervocálico, com som de ‘ss’:

<i>ese</i> (1r14)	(esse)
<i>vosa</i> (1r16)	(vossa)
<i>diseram</i> (1v20)	(disseram)
<i>asentados</i> (2r19)	(assentados)
<i>asy</i> (3r7)	(assim)
<i>misa</i> (5r2)	(missa)
<i>dise</i> (5r8)	(disse)
<i>saisem</i> (5v27)	(saíssem)
<i>curasem</i> (6r32)	(curassem)
<i>ossos</i> (8v23)	(ossos)
<i>asesegados</i> (12r27)	(sossegados)
<i>asijnou</i> (12r2)	(assinou)

• Em meio de palavras, depois de consoante nasal na posição de *onset*, ocorre ‘s’ com de ‘s’:

<i>emsino</i> (6v7)	(ensino)
<i>a/mansar</i> (8r4/5)	(amansar)
<i>mansas</i> (8r18)	(mansas)
<i>consemtir</i> (8r28)	(consentir)

• Em meio de palavras, em posição intervocálica, ocorre ‘s’ com som de ‘z’:

<i>poseram</i> (6v7)	(puseram)
<i>desenbarcamos</i> (6v12)	(desembarcamos)
<i>desejauamos</i> (7r25)	(desejávamos)
<i>monteses</i> (7v21)	(monteses)
<i>ousa</i> (8r2)	(ousa)
<i>quasy</i> (8r37)	(quase)
<i>quiseram</i> (9r25)	(quiseram)
<i>causa</i> (11v3)	(causa)
<i>camisa</i> (13r1)	(camisa)

• A flexão de plural é feita com ‘s’:

<i>casas</i> (8r21)	(casas)
<i>eses</i> (8v17)	(esses)
<i>mansos</i> (11r5)	(mansos)
<i>arcos</i> (6v30)	(arcos)

• O pronome oblíquo ‘se’ proclítico, quando vem ligado ao verbo, é representado por ‘s’ ou por ‘ss’:

<i>hiamse</i> (6v21)	(iam-se)
<i>enfadouse</i> (7r33)	(enfadou-se)

<i>foranse</i> (7v22)	(foram-se)
<i>asentaramse</i> (5v27)	(assentaram-se)
<i>veosse</i> (4v10)	(veio-se)
<i>desuestiosse</i> (5r15)	(desvestiu-se)
<i>foramsse</i> (4v22)	(foram-se)
<i>aleuantarãsse</i> (12r33)	(levantaram-se)

O pronome pessoal 'sy' aparece ligado à preposição 'de' e é representado por 's':

<i>desy</i> (13r39)	(de si)
---------------------	----------

- Algumas palavras apresentam variação em sua grafia:

<i>vosa</i> (1r14)	(vossa)
<i>vossa</i> (13v28)	
<i>cousa</i> (6v18)	(coisa)
<i>coussa</i> (7r35)	
<i>graciosa</i> (13v29)	(graciosa)
<i>graçiossa</i> (4v18)	
<i>nosa</i> (5v1)	(nossa)
<i>nossa</i> (6v29)	
<i>grossos</i> (5v36)	(grossos)
<i>grosso</i> (6r2)	
<i>fremosos</i> (8r19)	(formosos)
<i>fre/mossa</i> (3v5/6)	

Observações:

A palavra 'sexta-feira' aparece registrada na carta com 's': *sesta feira* (11v31). A grafia do 's' onde se esperava o 'x' pode indicar que já àquela época o 'x' tinha outra pronúncia, a de 's', além de 'x', como em 'seixas' (10r4).

A palavra ‘sobríso’ (7r32) é formada pela junção das palavras ‘sobre + isso’, com a queda do ‘e’ final da preposição ‘sobre’.

Há ocorrência de ‘ss’ em contexto intervocálico, onde se esperaria encontrar a representação de um som de ‘z’, como nos exemplos abaixo:

<i>proueitossa</i> (5r17)	(proveitosa)
<i>graçiossa</i> (4v18)	(graciosa)
<i>coussa</i> (3r17)	(coisa)

Ocorre um de ‘s’ na coda da primeira sílaba da palavra ‘despois’ (3r5). No período arcaico, ‘despois’ e ‘depois’ eram formas coexistentes.

Na Carta aparece a forma *ante* (5v21); a forma atual ‘antes’ tem um ‘s’ que foi acrescentado provavelmente por analogia com o ‘s’ de ‘depois’.

A palavra ‘acreçentar’ em (11v4) aparece escrita com ‘ç’. Posteriormente, essa palavra passaria a ser escrita com ‘sc’: *acrescentar*. Veja, ainda, a forma ‘acrecentamento’ (13v29) que aparece escrita com ‘c’.

Em (6v2), a escrita *veersía* (Cambria & Megale, 1999:51), a fusão de palavras na escrita daquela forma verbal com mesóclise (condicional) é a interpretação mais comum nas versões integrais (cf. Villela, 2000 e Simões 1999).

A forma sintática aqui é um tanto estranha para nós hoje:

dise o capitam que foemos nos batees em terra e veersía bem o Rio quejando era e tam bem pera folgarmos (6v1-3).

A outra possibilidade de interpretação: *e veer se ia bem o Rio quejando era tam bem pera folgarmos* exige que o leitor faça uma pausa depois de *quejando*.

9.5. Letra H

A letra H ocorre nos seguintes contextos:

- Formando os dígrafos ‘ch’, lh’, ‘nh’:

<i>achou</i> (1r5)	(achou)
<i>chamã</i> (1r35)	(chamam)
<i>milhor</i> (1r6)	(melhor)
<i>jlhas</i> (1r22)	(ilhas)
<i>minha</i> (1r6)	(minha)
<i>caminho</i> (1r29)	(caminho)

Em palavras que na grafia atual não são escritas com o ‘h’, por exemplo, nas formas dos verbos ‘ir’ e ‘ser’ e nos artigos indefinidos:

<i>himdo</i> (1v13)	(indo)
<i>himos</i> (2v36)	(íamos)
<i>hiam</i> (5v11)	(iam)
<i>hera</i> (1r33)	(eram)
<i>he</i> (2v5)	(é)
<i>huua</i> (1v35)	(uma)
<i>huu</i> (1v36)	(um)

Também foi encontrado o artigo definido ‘o’ escrito com ‘h’ em *ho* (5v8) = o.

As formas do verbo ‘haver’ que atualmente são escritas com o ‘h’, na Carta aparecem sem esta letra:

<i>aja</i> (1r10)	(haja)
<i>ey</i> (1r15)	(hei)
<i>ouemos</i> (1v2)	(houemos)
<i>auer</i> (1v2)	(haver)
<i>avia</i> (3r8)	(havia)

Com exceção, a palavra ‘homem’ foi registrada por Caminha com o ‘h’ inicial, tal como ficou na tradição escrita do português:

<i>home</i> (2r33)	(homem)
--------------------	---------

9.6. A representação escrita da nasalidade

Na carta de Pero Vaz de Caminha, a nasalidade é representada ortograficamente pelas consoantes M e N, pelo dígrafo NH e pelo til.

A nasalidade representada por ‘m’ e ‘n’:

- Em início de sílabas:

<i>milhor</i> (1r6)	(melhor)
<i>mes</i> (1r17)	(mês)
<i>seguimos</i> (1r29)	(seguimos)
<i>começo</i> (1r15)	(começo)
<i>nova</i> (1r4)	(nova)
<i>nesse</i> (1r29)	(nesse)

<i>canareas</i> (1r18)	(Canárias)
<i>maneira</i> (1r26)	(maneira)

• Em posição de coda interna de palavras:

Dentro de palavras escritas sem separação por espaço em branco ou por outra marca, a nasalidade é representada indiscriminadamente por M ou N diante de ‘c’, ‘ç’, ‘ch’, ‘g’, ‘j’, ‘t’, ‘d’ e ‘r’, como se verifica nos exemplos abaixo:

<i>comta</i> (1r6)	(contar)
<i>contar</i> (1r7)	
<i>dentro</i> (3v4)	(dentro)
<i>dentro</i> (2v14)	
<i>tanto</i> (1v24)	(tanto)
<i>tanto</i> (6v25)	
<i>jente</i> (13r3)	(gente)
<i>jente</i> (8r12)	
<i>quando</i> (2r18)	(quando)
<i>quando</i> (2v31)	
<i>onde</i> (1v14)	(onde)
<i>onde</i> (12r2)	
<i>grande</i> (1v3)	(grande)
<i>grande</i> (2v33)	
<i>de infindas</i> (13v19)	(de infindas)
<i>djmfindas</i> (10r8)	
<i>brancos</i> (2v12)	(brancos)
<i>brancas</i> (2r4)	
<i>ancoraram-se</i> (2r31)	(ancoraram-se)
<i>amcorajem</i> (3v5)	
<i>longo</i> (2r14)	(longo)
<i>longo</i> (7v3)	

<i>ningẽ</i> (4r32) <i>njmguem</i> (4v26)	(ninguém)
<i>simgraduras</i> (1r12) <i>mjngoa</i> (2v30)	(singraduras) (míngua)
<i>lançauãna</i> (3r8) <i>lançaua</i> (12v25)	(lançavam-na)
<i>jnocemçia</i> (2v9) <i>jnoçençia</i> (11r23)	(inocência)
<i>chimchorro</i> (4v34) <i>sancho</i> (2v34)	(chimchorro)
<i>emcherã</i> (4v35) <i>ancha</i> (8v35)	(encheram)
<i>auamjelho</i> (5r14) <i>avanjelho</i> (5r18)	(evangelho)
<i>amrique</i> (12r16) <i>anrique</i> (12v24)	(Henrique)
<i>comsigo</i> (7v12) <i>consentir</i> (8r28)	(consigo)
<i>pemsar</i> (10v2)	(pensar)
<i>mansas</i> (8r18)	(mansas)

• Entretanto, verifica-se um grande uso de ‘n’ antes das letras ‘p’ e ‘b’, quando, na ortografia atual do português, nesses contextos, o padrão é o uso de ‘m’ e nunca de ‘n’:

<i>ambos</i> (2v10)	(ambos)
<i>campainhas</i> (3v16)	(campainhas)
<i>senpre</i> (5r14)	(sempre)
<i>embarcamos</i> (5v2)	(embarcamos)

<i>tronbetas</i> (5v29)	(trombetras)
<i>tenpo</i> (6r2)	(tempo)
<i>companhia</i> (6r7)	(companhia)
<i>tambem</i> (7r3)	(também)
<i>sonbreiro</i> (7r34)	(sombreiro)
<i>conprir</i> (13v28)	(cumprir)

• Em alguns casos, a representação da nasalidade coincide com o padrão moderno:

<i>embargo</i> (4v27)	(embargo)
<i>ambos</i> (13r14)	(ambos)
<i>sombreiro</i> (1v36)	(sombreiro)
<i>tempo</i> (1r26)	(tempo)
<i>compridas</i> (1r4)	(compridas)

• Em posição de coda em final de palavras:

Palavras que não são verbos, separadas por espaço em branco, apresentam a letra ‘m’ na coda final:

<i>pemtem</i> (2v20)	(pente)
<i>amcorajem</i> (3v5)	(ancoragem)
<i>aquem</i> (3v29)	(aquém)
<i>emtam</i> (4r30)	(então)
<i>domtem</i> (5r25)	(de ontem)
<i>njmguem</i> (4v26)	(ninguém)
<i>preegaçam</i> (5r2)	(pregação)

A palavra ‘pregação’ encontra-se também grafada *preega/com* (5r17/18), assim como há *nave/gaçom* (1r4/5) e *mençam* (3r2), o que nos leva a crer que a

pronúncia desses finais nasais podia variar em [õ, ãu] ou em [ã, õ], de acordo com Cagliari (2001b:9).

Da mesma forma, a terminação da terceira pessoa plural dos verbos apresenta a consoante ‘m’, quando seguidos de espaço em branco:

<i>deuem</i> (1r14)	(devem)
<i>deziam</i> (1r32)	(diziam)
<i>heram</i> (1v27)	(eram)
<i>querem</i> (2r4)	(querem)
<i>achasem</i> (2r33)	(achassem)
<i>fossem</i> (2r22)	(fossem)
<i>amdauam</i> (2v1)	(andavam)

No caso de verbos na terceira pessoa plural com o pronome oblíquo enclítico agrupado, a tendência é a nasal vir representada ortograficamente por ‘n’:

<i>mostraranlhes</i> (3r11)	(mostraram-lhes)
<i>trouueranlhes</i> (3r18)	(trouxeram-lhes)
<i>poseranlhes</i> (3r18)	(puseram-lhes)
<i>acenaranlhes</i> (5r10)	(acenaram-lhes)
<i>aleuantaranse</i> (5r28)	(levantaram-se)
<i>afasta/uanse</i> (6v20/21)	(afastavam-se)
<i>hianse</i> (6v21)	(iam-se)
<i>foranse</i> (7v22)	(foram-se)
<i>querianse</i> (10r30)	(queriam-se)
<i>fazianse</i> (11v19)	(faziam-se)
<i>tornaranse</i> (12r23)	(tornaram-se)

Entretanto, há algumas exceções, principalmente quando o pronome é ‘se’:

<i>trouueramlhes</i> (3r20)	(trouxeram-lhes)
<i>acenaramlhes</i> (11r21)	(acenaram-lhes)

<i>amcoraramse</i> (3v4)	(ancoraram-se)
<i>asentaramse</i> (5r27)	(assentaram-se)
<i>tornaramse</i> (5v30)	(tornaram-se)
<i>foramse</i> (9r6)	(foram-se)
<i>hiamse</i> (12v18)	(iam-se)

A nasalidade representada pelo dígrafo ‘nh’:

<i>nhũũa</i> (1v28)	(nenhuma)
<i>nhũũ</i> (9r13)	(nenhum)
<i>lenha</i> (2r17)	(lenha)
<i>ljnho</i> (4r12)	(linho)

Nota: O dígrafo ‘nh’ já era usual na época de Caminha. Williams (1975:36) assegura que o seu primeiro registro em documento apareceu entre 1262 e 1273. Em textos mais antigos o som [ɲ] era representado por ‘n’, ‘ni’, ‘nn’.

A nasalidade representada pelo til ‘~’:

O til apresenta duas funções:

- i. representar a abreviatura de palavras;
- ii. representar a nasalidade vocálica de vogais e ditongos.

No caso das abreviações, as letras suprimidas não são necessariamente as consoantes nasais. Todavia, em final de palavras, provavelmente o til represente a abreviação de uma consoante nasal ou apenas assinala a nasalidade vocálica.

Vogal nasalizada por til em palavras que não são verbos:

- No meio de palavras:

<i>põta</i> (2v13)	(ponta)
<i>acatamêto</i> (5v15)	(acatamento)
<i>diã/te</i> (1v12)	(diante)
<i>quãto</i> (10r28)	(quanto)
<i>quãdo</i> (10r29)	(quando)

Nessas palavras, o til nasaliza as vogais e indica a ausência de uma consoante nasal na escrita.

- Em final de palavras:

<i>cõ</i> (2r1)	(com)
<i>homẽ</i> (2r33)	(homem)
<i>paixã</i> (2v17)	(paixão)
<i>nõ</i> (2v28)	(não)
<i>amỹ</i> (3v19)	(a mim)
<i>bẽ</i> (4v35)	(bem)
<i>mamỹ</i> (5v14)	(mas a mim)
<i>nẽ</i> (5v15)	(nem)
<i>pregaçã</i> (5v32)	(pregação)

Nos exemplos acima, é difícil determinar se o til indica apenas a nasalização das vogais, ou se concomitantemente, indica a supressão de uma consoante nasal que nasalizaria as vogais. Na interpretação de Cagliari (2001b:6), o til pode indicar a supressão da consoante nasal em ‘bẽ’ e ‘nẽ’, uma vez que é mais comum a escrita com as consoantes nasais. O uso do til para indicar a nasalidade e abreviaturas não permite

conclusões totalmente seguras, nestes casos. Em ‘cõ’ e ‘nõ’, o autor considera o mais provável a supressão da nasal e uma pronúncia não ditongada [kõ, nõ].

- A nasalização das vogais duplicadas:

<i>hũũ</i> (2r1)	(um)
<i>bõõs</i> (2v6)	(bons)
<i>mãão</i> (2v12)	(mãos)
<i>chãão</i> (2v36)	(chão)
<i>vĩjmos</i> (5r21)	(vimos)
<i>camarõões</i> (5v36)	(camarões)

De acordo com Cagliari (2001b:7), em palavras com vogais duplicadas, o til tem por função apenas representar a nasalidade vocálica, já que se uma consoante *nasal fosse introduzida entre essas vogais, seria interpretada como consoante de onset* e não de coda. Se, por outro lado, introduzisse a consoante nasal após a segunda vogal, além de desfazer o ditongo final de palavras como em ‘mãão’ e ‘chãão’, a escrita seria um tanto estranha. Outra consequência, conforme Cagliari expõe, como essas vogais duplicadas constituem um hiato, a nasal colocada depois da segunda vogal resultaria em que a primeira da dupla ficaria sem a marca da nasalidade.

Vogal nasalizada por til em verbos:

- Verbos com til na vogal final:

<i>andauã</i> (2v19)	(andava)
<i>mostrarã</i> (3r8)	(mostraram)
<i>gostarã</i> (3r19)	(gostaram)
<i>lauarã</i> (3r22)	(lavaram)
<i>chamã</i> (3v18)	(chamam)

<i>queriã</i> (4r13)	(queriam-se)
<i>emcherã</i> (4r35)	(encheram)
<i>ficarã</i> (5v31)	(ficaram)
<i>forã</i> (5v34)	(foram)
<i>saberẽ</i> (6r29)	(saberem)

Como nas palavras que não são verbos, o til no final de verbos em terceira pessoa plural tem dupla função: indicar a nasalidade da vogal e a ausência de uma consoante nasal, esperada nesse contexto. Cagliari (2001b:8) considera a possibilidade de uma ditongação nasal [ãu] e não de uma pronúncia [ã] e [õ] nesses casos, assim como nas palavras não verbos de terminação idêntica.

Em verbos na terceira pessoa plural com pronomes oblíquos enclíticos iniciados por ‘n’ ou ‘m’, a nasalidade final dos verbos é representada por til, para evitar a ocorrência de duas consoantes nasais contíguas, pois isso fugiria do sistema ortográfico:

<i>tomarãno</i> (3r10)	(tomaram-no)
<i>lançauãna</i> (3r18)	(lançavam-na)
<i>acenaarãnos</i> (4v1)	(aconavam-nos)
<i>abraçauãnos</i> (8v6)	(abraçavam-nos)
<i>parecerãme</i> (10r4)	(pareceram-me)
<i>asentarãnos</i> (10r12)	(assentaram-nos)

Há alguns exemplos dessa mesma ocorrência diante de ‘se’ e ‘lhe’. Cagliari (2001b:8) justifica-os como sendo uma busca de simetria do sistema, causada pela presença do pronome oblíquo, mesmo que este não seja iniciado por uma consoante nasal:

<i>lançarãlhes</i> (3r38)	(lançaram-lhes)
<i>chegarãse</i> (5v8)	(chegaram-se)
<i>pararãse</i> (6v9)	(pararam-se)
<i>derãlhe</i> (8r28)	(deram-lhe)
<i>queriãse</i> (9r26)	(queriam-se)

• Verbos com til em vogal interna:

<i>mãdou</i> (3v12)	(mandou)
<i>corẽdo</i> (3v31)	(correndo)
<i>mãdar</i> (6r11)	(mandar)
<i>amã/sar</i> (6r33/34)	(amansar)
<i>estãdo</i> (7r20)	(estando)

Nesses verbos, como ocorre com as palavras que não são verbos, o til indica a ausência da consoante nasal na escrita. A vogal com o til, na verdade, não representa uma transcrição fonética, mas um uso do til como marca de abreviatura ou de supressão de letras, como nos exemplos acima.

9.7. As demais consoantes

As demais consoantes não apresentam diferenças de emprego na Carta, seguindo um padrão igual ao de atualmente. Por essa razão, não foram tratadas em detalhe. Alguns exemplos são apresentados a seguir:

<i>braças</i> (1v14)	(braças)
<i>cobria</i> (2v25)	(cobria)

<i>pescado</i> (3r15)	(pescado)
<i>dentro</i> (2r35)	(dentro)
<i>folgou</i> (3r24)	(folgou)
<i>desfazia</i> (5v21)	(desfazia)
<i>grossos</i> (5v35)	(grossos)
<i>diligências</i> (1r27)	(diligências)
<i>posto</i> (1r2)	(posto)
<i>topamos</i> (1v1)	(topamos)
<i>quadrjis</i> (5v18)	(quadrjs)
<i>esquife</i> (5v27)	(esquife)
<i>tochas</i> (3r21)	(tochas)
<i>cruz</i> (1v7)	(cruz)
<i>alteza</i> (1r28)	(alteza)

10. Emprego de maiúsculas:

Na Carta, aparecem somente as letras J, E e R grafadas na sua forma maiúscula, além do S da palavra *Sñor* (Senhor) no início (1r1) e no final da Carta (14r4):

<i>Jnorançia</i> (1r9)	(ignorância)
<i>Easy</i> (1r29)	(E assim)
<i>Jenrro</i> (14r10)	(genro)

Na escrita de nomes próprios, em que se esperaria o emprego de maiúsculas, há o emprego de minúsculas:

<i>belem</i> (1r16)	(Belém)
<i>cabo verde</i> (1r23)	(Cabo Verde)
<i>vaasco datayde</i> (1r25)	(Vasco de Ataíde)
<i>sancho de toar</i> (2v24)	(Sancho de Tovar)

Dos nomes próprios, apenas ‘Jorge’ (14r9) aparece com letra maiúscula.

A letra *v* pela forma gráfica e pelo tamanho poderia ser interpretada como uma letra maiúscula. Veja, por exemplo, logo no início a palavra *vossa* (1r2) (figura 18, p.112). Dentro da mesma perspectiva, poder-se-ia dizer que a letra *D* também é escrita na forma e no tamanho de uma letra maiúscula. Veja, por exemplo, *desta* (1r2) (figura 18, p.112).

Os estudiosos, porém, não representam essas letras pelas formas maiúsculas nas transliterações, mesmo diplomáticas³⁰.

Em início de parágrafo, ou seja, sobretudo depois de ponto final (representado por ponto ou por barra) não é costume aparecer letra maiúscula:

*amcorajem limpa. aly Jouuemos todaaquela nou
te. e aaquimta feira pola manhã fizemos vella (1v10/11)*

*castiçal como que avia tam bem prata ./ mostrarã
lhes hũũ papagayo pardo que aquy ocapitam traz ./
tomarãno logo na mão e acenaram paraaterra
como que os avia hy ./ mostraranlhes hũũa galinha (3r8/12)*

*sas amandar avosa alteza ./ andamos per hy
veendo aRibeira aqual he de mujta agoa e
muito boa ./ ao longo dela ha mujto boos palmj
tos. colhemos e comemos deles mujtos ./ (7v1/5)*

Porém, há alguns casos em que ocorre letra maiúscula no início de parágrafos:

*ouro por aquilo ./ Jsto tomauamonos asy pólo de
sejarmos / mas se ele queria dizer que leuaria (3r8/9)*

nos leuamos os quaaes vijnhamja nuus e sem

³⁰ Transcrição diplomática é aquela que representa todas as letras, acentos, a pontuação e demais marcas da escrita, exatamente como aparecem no original.

carapuças. Eentam se começaram dechegar <mujtos> (3v37/38)

*dous dedos. Eo capitã mandou aaquele degra
dado afonso Ribeiro e aoutros dous degradados que (9r1/2)*

*cõ eles ./ Resgataram la por cascauees e por
outras coisinhas depouco ualor que leuauã pa (9r27/28)*

De forma geral, a letra 'r' é sempre grafada maiúscula para representar o som de 'rr' em início de palavras e, algumas vezes, em meio de palavras:

<i>Redomdo</i> (1v4)	(redondo)
<i>Rio</i> (1v5)	(rio)
<i>Recebidos</i> (2v3)	(recebidos)
<i>Rostros</i> (2v6)	(rostos)
<i>aRibaram</i> (2r29)	(arribaram)
<i>aRoz</i> (10r15)	(arroz)
<i>oRio</i> (11r7)	(o rio)

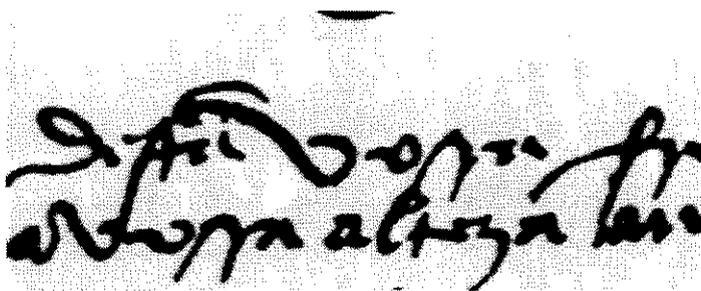


Fig. 18 – desta vossa (1r2) = vossa frota

11. Observações a forma ortográfica de algumas palavras

Na Carta, aparecem várias palavras que estão, hoje, em desuso ou que apresentam uma forma ortográfica peculiar. Veja os exemplos a seguir:

- *leixarey* (1r5) = deixarei

A forma 'leixarei' era comum no português medieval, mas não é mais usada hoje. Em seu lugar, usa-se a forma 'deixarei'. Para Machado (1954: vol.I: 745), a etimologia de 'leixar' ainda é desconhecida, e essa forma gráfica já aparecia documentado no século XI. 'Deixar' apareceu documentada no século XIV.

- *diguo* (1r15) = digo

Em (1v26) aparece a palavra 'chegou'; em (2r21), aparece a palavra 'lomgo'. A escrita com 'u' no dígrafo GU da palavra 'diguo' (1r15) diante de 'o' representa um modo estranho de grafar. O escrivão pode ter errado, neste caso, ou, talvez, para ele, essa era uma maneira possível de se grafar. Veja, por exemplo, a palavra 'careguo' (cargo) no final da Carta (14r5).

- *afremosentar* (1r10) = tornar formoso

Este vocábulo e palavras da mesma família, como 'afremosar', 'fremoso', 'afremosentar', eram formas antigas e muito freqüentes nos cancioneros medievais. 'Fremoso' correspondia a uma linguagem mais corrente e popular, enquanto que 'fermozo' fazia parte da linguagem mais culta (Machado, 1954: vol.I: 1017).

- *contrairo* (1r26) = contrário

Esta forma apresenta uma hipótese do I. Na Carta, encontramos ainda a palavra 'Rosairo' (3r3) = rosário.

- *giolhos* (12r19) = joelhos

A palavra *giolhos* (12r19) vem do latim *genuculum*. Posteriormente, apareceu a forma *joelho*. Na Carta, a palavra *giolho* é a única que tem a sequência 'gi' representando o som de 'g'. O som de 'g' é mais comumente representado pela letra 'j'.

- *cruçufiços* (12v20) = crucifixos (12v20)

A grafia com 'ç' pode mostrar que na época de Caminha, essa palavra tinha a pronúncia com 's' no seu dialeto, ao lado de uma possível pronúncia 'ks'. No século XIV, registravam-se ainda, as formas 'croçefiço', 'croçifiço', 'crucifiço' (Machado, 1954: vol. I: 712).

- *despois* (7r36) = depois

No português medieval, este vocábulo teve formas variadas de escrita. Machado (1954: vol.I: 757) registra sete grafias diferentes: *depois*, 'despoes', 'depos', 'despois', 'despos', 'despuis', 'depus' .

- *estamego* = estômago (5v19)

'Estamego' representava, segundo Machado, a forma culta de 'estômago' (Machado, 1954: vol.I.: 920).

- *amte* (2r29) = antes

Esta era a forma gráfica antiga da palavra atual ‘antes’. Acrescentou-se um ‘s’ no final talvez por analogia com a palavra antônima ‘depois’.

- *preguntam* (6r24) = perguntam

No século XIII, as formas ‘perguntar’ e ‘preguntar’ eram registradas, embora a segunda forma fosse a mais corrente (Machado, 1954 vol. II: 1718).

- *casry* (3r13) = quase

Uma das formas antigas para ‘quase’. No século XV, registravam-se outras como ‘casi’, ‘caise’, ‘caisi’ (Machado, 1954: vol. II: 1828).

- *sc(re)puam* (1r3) = escrevam

- *sc(re)puer* (10v6) = escrever

As formas do verbo ‘escrever’ com o ‘p’ oriundo da forma latina *scripsi*, *scriptus* ainda são encontradas na Carta. Provavelmente, essa consoante não era pronunciada nessas palavras.

12. Segmentação de palavras em final de linha:

Na Carta, a partição de palavras no final de linhas não se apresenta de acordo com as regras de separação silábica posteriormente impostas pelas gramáticas

normativas. As estratégias do escrivão tinham mais a ver com a uniformidade da distribuição da escrita sobre o papel do que com regras sintáticas, fonológicas ou morfológicas para cortar palavras em final de linha.

- Vogais que formavam ditongos foram separadas como se constituíssem hiatos:

<i>ma/is</i> (1r10/11)	(mais)
<i>ga/yteiro</i> (7v12/13)	(gaiteiro)
<i>lige/iras</i> (7v17/18)	(ligeiras)
<i>ma/yores</i> (1ov4/5)	(mayores)
<i>mã/os</i> (12v26/27)	(mãos)
<i>tro/ueram</i> (6v32/33)	(trouxeram)

- Consoantes não seguidas de vogal, no interior de palavras, juntaram-se à sílaba seguinte, quando, hoje, o esperado seria que permanecessem juntas às sílabas anteriores:

<i>dee/stro</i> (2r33/34)	(destro)
<i>tj/mto</i> (5v16/17)	(tinto)
<i>agua/rdauam</i> (6v13/14)	(aguardavam)
<i>de/steio</i> (9r14/15)	(de esteio)
<i>ba/sto</i> (11r12/13)	(basto)

Letras que formavam encontro consonantal foram separadas:

op/rumo = (1v7/8)

- Separaram-se letras que formavam sílaba no interior de palavras:

grom/ete (10v17/18) = (gromete)

Em muitos casos, no entanto, a partição de palavras feita por Caminha, coincide com regras gramaticais que foram ficando na tradição gramatical da língua.

<i>nou/te</i> (1v10/11)	(noite)
<i>co/elho</i> (1v30/31)	(Coelho)
<i>cou/sas</i> (7r36/7v1)	(coisas)
<i>muj/tas</i> (10v9/10)	(muitas)
<i>man/dou</i> (1v22/23)	(mandou)
<i>cor/pos</i> (2r36/37)	(corpos)
<i>tama/nho</i> (6r2/3)	(tamanho)
<i>an/cho</i> (6v10/11)	(ancho)
<i>quall/quer</i> (6v17/18)	(qualquer)
<i>a/postelos</i> (12v11/12)	(apóstolos)

13. Representação fonética na ortografia

Em um documento histórico como a Carta, é possível ver na grafia de certas palavras realizações fonéticas possíveis naquela época, embora o objetivo da ortografia não seja o de representar a pronúncia diretamente (Cagliari:1994). Entretanto, como mostra Cagliari (1989), lidando com questões ortográficas de crianças na fase de alfabetização, as grafias variantes (ou erros) servem de hipóteses para se entender melhor o próprio sistema de escrita e até mesmo a pronúncia que ele representa. Por exemplo, em Português, há variação entre [e] e [i], [o] e [u], em sílabas átonas. Esse processo, certamente, é muito antigo. Por exemplo, hoje, escrevemos ‘melhor’, mas antigamente se escrevia *milhor*. Na verdade, a pronúncia dessa palavra apresentou sempre formas variantes, reveladas pela grafia que também varia as letras I e E. O

mesmo se pode ver em exemplos como *cobertas* (9r12) e a grafia atual ‘cobertas’. Isso não impede, às vezes, a possibilidade de aparecer formas com hipercorreção. A escrita *Relegiosos* (12r6), certamente, é um caso de hipercorreção da maneira como se escreve, mas, não necessariamente, da maneira como se pronunciava a palavra. Como havia variação entre I e E átonos, palavras que deveriam ter I (sem variar com E), quando escritas com E, representam casos de hipercorreção:

<i>milhor</i> (1r6)	(melhor)
<i>carpenteiros</i> (9v12)	(carpinteiros)
<i>Relegiosos</i> (12r6)	(religiosos)
<i>ofeçada</i> (12r17)	(oficiada)
<i>fogia</i> (8r31)	(fugia)
<i>cobertas</i> (9r12)	(cobertas)
<i>acodiram</i> (9v12)	(acudiram)
<i>custumada</i> (11v9)	(acostumada)

Embora o sistema de escrita ortográfico não revele a pronúncia diretamente como se disse acima, é possível fazer algumas hipóteses, como também foi apresentado anteriormente. No entanto, é bom deixar claro que hipóteses são hipóteses e não afirmações categóricas. Nem toda variação ortográfica representa uma variação possível de pronúncia. Por outro lado, o fato de se assumir que, as letras antigas tinham sons semelhantes às de hoje, como o P, B, T, M, etc. não significa que esta seja uma afirmação categórica, porque é possível que houvessem diferenças perdidas no tempo.

13.1. Troca de letras: o caso de V e B:

Em algumas palavras ocorre a troca do V pelo B:

<i>béspera</i> (1v2)	(véspera)
<i>bj</i> (1v13)	(VI)
<i>xb</i> (1v13)	(XV)

O contrário, ou seja, a troca de B pelo V foi identificada apenas na palavra *tauoas* (9r12). Cf. *tavola* = *tavoa* .

Nota: Ainda hoje em Portugal, encontram-se formas variantes entre [v] e [b] em alguns dialetos (Trás-os-Montes, Douro). No português do Brasil, também ocorrem variações desse tipo em algumas palavras, em pronúncias dialetais, como: ‘trabesseiro’ e ‘travesseiro’, ‘bassoura’ e ‘vassoura’.

Conclusão

A Carta de Pero Vaz de Caminha é um documento *sui-generis* devido às peculiaridades de sua elaboração e por retratar um momento histórico muito importante na época dos Descobrimentos. Trata-se de um documento que retrata o uso da escrita da língua portuguesa no final do século XV, às vésperas da mudança que ocorreria na ortografia da língua com a publicação de *Os Lusíadas* (1572), de Camões.

Por se tratar de um documento relacionado a um fato importante, fruto de sua ação como escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, a obra traz consigo a responsabilidade e o cuidado que as circunstâncias exigiam. A caligrafia da Carta é considerada bem feita e, pelo teor do discurso que retrata, revela um usuário da escrita que possuía uma boa formação, refletindo, de certo modo, a cultura presente nas pessoas letradas da época. Portanto, a Carta é trabalho de uma pessoa bem preparada para o ofício de escrivão. Caminha usava a ortografia própria dos documentos governamentais e da corte. Ele era um usuário como tantos outros do seu tempo.

Como já foi observado, a Carta de Caminha tem sido objeto de estudos nas mais variadas áreas. No que tange aos estudos lingüísticos, a grande maioria preocupou-se, ao longo do tempo, com aspectos filológicos, semânticos e fonológicos.

Nesta dissertação de mestrado, a Carta foi estudada com relação à grafia das palavras, mostrando como Caminha escrevia. Tais grafias puderam ser comparadas com as modernas uma vez que as antigas foram apresentadas sempre acompanhadas das formas atuais. Nota-se que, de um modo geral, a ortografia sofreu mudanças significativas, sobretudo com relação ao que se costuma escrever de forma abreviada e

à formatação do texto. Com relação à distribuição das letras nas palavras, como a ortografia da época admitia certas variações, encontram-se na Carta palavras escritas de forma diferente. Somente com a fixação da ortografia e sua obrigatoriedade de uso, tais variações deixaram de existir no sistema ortográfico de uso da nação.

O presente projeto representa apenas um estudo parcial dos aspectos ortográficos da Carta, servindo, entretanto, de sugestão para futuros projetos de pesquisa voltados para outros aspectos de interesse lingüístico, ou de interesse para os estudos da história da ortografia da Língua Portuguesa.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Luís de (1992). *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses: séculos XV e XVI*. Lisboa: Caminho.
- ALI, M. Said (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3^a. ed. São Paulo (SP): Edições Melhoramentos.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de (2000). *A Carta de Caminha: Aspecto histórico da carta de Pero Vaz de Caminha*. Academia Brasileira de Letras: Conferências. Site: <http://www.academia.org.br/2000/caminha5.htm>
- BARROS, João de (1971). *Gramática da língua portuguesa*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- BATISTA, Silvio Pereira (1964). *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura.
- BOXER, C.R. (1969). *O império marítimo português (1415-1825)*. Rio de Janeiro: Edições 70.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1986). *A ortografia na escola e na vida*. In: MASSINI-CAGLIARI, G. e CAGLIARI, L. C. (1999). “Diante das letras: a escrita na alfabetização”. Campinas (SP): Mercado das letras: ALB; São Paulo (SP): FAPESP.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1989). *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1993). *Breve história das letras e dos números*. In: MASSINI-CAGLIARI, G. e CAGLIARI, L. C. (1999). “Diante das letras: a escrita na alfabetização”. Campinas (SP): Mercado das letras: ALB; São Paulo (SP): FAPESP.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (jul-dez/1994). *Algumas reflexões sobre o início da ortografia da língua portuguesa*. Cadernos de Estudos Linguísticos n.27, p.103-111. Campinas (SP): Unicamp.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1994). *O que é ortografia?* XXIII Anais de Seminários do GEL. Vol. I. Pp. 552-559. Ribeirão Preto (SP).

Quinto Congresso. Coimbra: Universidade de Oxford.

CAGLIARI, Luiz Carlos (2001a). *As letras da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Campinas: Unicamp/CNPq. (ms.)

CAGLIARI, Luiz Carlos (2001b). *A representação ortográfica da nasalidade na Carta de Pero Vaz de Caminha*. Campinas (SP): Unicamp/CNPq. (ms.)

CAGLIARI, Luiz Carlos (2001c). *Breve estudo das formas das letras da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Campinas (SP): Unicamp/CNPq. (ms.)

CAGLIARI, Luiz Carlos (2001d). *Breves notas sobre a ortografia do português antigo*. Campinas (SP): Unicamp/CNPq. (ms.)

CAGLIARI, Luiz Carlos (2001e). *Os estilos de letras em Portugal e a Carta de Pero Vaz de Caminha*. Campinas (SP): Unicamp/CNPq. (ms.)

CAGLIARI, Luiz Carlos (2001f). *Elementos para um estudo da escrita do português medieval: estilos de letras, material e escribas*. Campinas (SP): Unicamp/CNPq. (ms.)

CAMBRAIA, C. N. e MEGALE, H. et alii (1999). *A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP.

CORTESÃO, Jaime (1943). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, Ltda.

COUTINHO, Ismael de Lima (1976). *Pontos de gramática histórica*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

CUNHA, A. G. da (1996). *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Instituto Antonio Houaiss. Rio de Janeiro (RJ): Editora Objetiva.

Enciclopédia Mirador Internacional (1983). São Paulo (SP)/Rio de Janeiro (RJ): Encycloaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.

FERREIRA, A. B. de H. (1999). *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª. ed. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira.

Grande Enciclopédia Brasileira e Portuguesa (s/d). Lisboa/ Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. Vols. 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 17, 24, 26, 28, 32.

GREENLEE, Willian Brooks (1937). *A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil*

- GREENLEE, Willian Brooks (1937). *A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos documentos coevos*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- HAUY, Amini Boainain (1989). *História da língua portuguesa I. Séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo: Ática.
- HUBER, Joseph (1933). *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Larousse Cultural* (1998). São Paulo: Plural Editora e Gráfica.
- MACHADO, José Pedro (1954). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 1^a. ed. Vols. I e II. Lisboa: Confluência.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (fev./1992). *A Carta de Caminha: Contribuições para a história da língua portuguesa*. Estudos Lingüísticos e Literários. Publicação semestral do Curso de mestrado em Letras da UFBA. No. 13, pp.103-110. Ondina (BA):UFBA.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (org.) (1996). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (1996). *O português arcaico: fonologia*. 3^a. ed. São Paulo: Contexto.
- MAURO, Frèdèric (1989). *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Editorial Estampa.vol.I.
- MELO, Gladstone Chaves de (1981). *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 6^a. ed. Rio de Janeiro (RJ): Ao Livro Técnico.
- MICELI, Paulo (1998). *O ponto onde estamos. Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)*. 3^a. ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- MOURÃO. R. de F. (1999). *A astronomia nas descobertas*. In: Revista Ventura/Primavera, no.30, pp. 142-154.
- NEJAR, Carlos (2000). *A Carta de Caminha: Aspectos literários da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Academia Brasileira de Letras: Conferências. Site: <http://www.academia.org.br/2000/caminha4.htm>
- PAIVA, Dulce de Faria (1988). *História da língua portuguesa II. Século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática.

- PEREIRA, Paulo Roberto (2000). *A Carta de Caminha: O testemunho e o êxtase ante o universo edênico do Novo Mundo*. Academia Brasileira de Letras: Conferências. Site: <http://www.academia.org.br/2000/caminha1.htm>
- REIS, A. do C. (1990). *Nova história de Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Revista Ventura/Primavera*. São Paulo (SP)/ Rio de Janeiro (RJ): Ventura Cultural LTDA. Edição bilíngüe, no. 30, ano 1999.
- ROLIM DE FREITAS, Horácio (2000). *A Carta de Caminha: Aspectos lingüísticos e filológicos da carta de Pero Vaz de Caminha*. Academia Brasileira de Letras: Conferências. Site: <http://www.academia.org.br/2000/caminha2.htm>
- SARAIVA, J. H. (1992). *História concisa de Portugal*. 15^a. ed. Portugal: Publicações Europa- América
- SÉRGIO, A. (1975). *Breve interpretação da história de Portugal*. 4^a.ed. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. de O. (1992). *Nova história da expansão portuguesa. O império luso-brasileiro 1500-1620*. vol.IV (?): Editorial Estampa.
- SIMÕES, H. C. (set/1999). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. In: *Revista Ícaro Brasil* (set/1999). São Paulo (SP): RMC Comunicação.
- SOUZA, Nelson Mello (2000). *A Carta de Caminha: Aspectos sociais da Carta de Pero Vaz de Caminha – Sociologia do real e os conteúdos do imaginário*. Academia Brasileira de Letras: Conferências. Site: <http://www.academia.org.br/2000/caminha1.htm>
- VILLELA, M.A. (2000). *Pero Vaz de Caminha. Carta a El Rey D, Manuel*. 2^a. Ed. Sao Paulo: Ediouro
- WILLIAMS, Edwin Bucher (1975). *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Abstract

This dissertation presents some aspects of the spelling in the famous *Carta*, written by Pero Vaz de Caminha, reporting the discovery of Brazil to the king of Portugal in 1500 BC.

This work represents a contribution to the study of Portuguese orthography. It also contributes to the study of spelling, in general.

Caminha's spelling is typical of the XV century orthography in Portugal. It follows the court tendency in writing, since the *Carta's* author was an official secretary at the Government Chancellery.

Compared to actual Portuguese orthography, Caminha's spelling is not so much different. The major differences are found in the common use of abbreviated forms, in the writing material display on paper and in capital letters and punctuation marks. Some occurrences of word spelling variations within the document are also noticeable.

ANEXO

Fac-símile da Carta
(apud Cortesão, 1943)



ande us pariter que fira m pira a fante usque
 per ore mlti dca / galy appon scapita sunt
 p p m a nua p d f m t o r . l e n g u a n t o r e f e r e n
 p r u d e . e t e n t i d o s n o s m u r o r f a n n y p o l e n t
 t a m p o d e t h o e n d e r e n e p u a / f i b u r e n d e r e d e
 l y n o e p e f r e g u e r o s p r o m i d e r o d r a n t e m i t a
 d o m u t u r a d e p p r a n t i s / f i d e n l y a l i q u i s d e
 l e o e g n d e e p o l d e r e p p e e p o n d e n o a p p r e
 d i p e / a l i q u i s d r e o s p e f i d m e t e r d e a u p o d e a
 a p u d a r n o g / p r a n t o l e t h o a s l o n g o d e p p r a p a
 f a m o l a p o r e e n d e a l i n a d e p o r e e p u i p e n d e
 t h o e g n d e d e u s t y p o s d e d e g n / a l y a n d e n d o
 n i p p e d y n p r a m l r y e f e n n a n o s / e f i n t a d e
 a p p r e f e o o a r m o s e d e n i p a d e d e p e a l t e r e c e
 e p u e f e l e s p r e g r a m . d r i n t a r n y a t t o r a o p p r e
 d e a . a l l y d e p m i p a e p a d e f f e y a m i p u e t e g e
 f e y a m i n d a e f f e n d e p r e p e f e d e t e r e / a l y
 f p r o m i n y n o t h e p o a t t a e g n d e l e n l y d e l e t
 p r i n t u l o s t o d o l o n g p r e f e t o e p r o m a n y o g u a d
 d e r o a s a b a n t e q u e n o r e g u e n t o t o d o d e n t
 n o o o m a n t e l e n a n t a d o . e t o p e l e n a n t a d e n
 n o n o s a l t e r a n y t o m a n e t e f f e n d e a p p r e
 p r a d e a d e / d e n t a n y t o m a n e n t e c a p u t e n o
 n u a n o s . e g u a n d e l e n a n t a d e n a d o e n e n o
 p r o m o n y d e t e r e . e t o s p e p r e n t o d o t e p p e
 h i l a n o s f p r a n i o s n o a b d e l a n o s l e n a n t a d o s .
 d o n t a l t r a n c i r a a p p r o q u e d o q u i n i t f i c o
 a l y a a l t e r e n e p u i n o f e y m u p t e d r a n t e n
 f p r o m i n e f e t o n o p o a t t a r u b a n d a a c o m m i s s e
 e l p o r e d e a c o m m i s s i n y n o n u n g r a m e p o f e
 e l p o r e e p a r e d e t e o a c a p u t a n y t o d e f f e n d e
 n o s b u t p e t y a l i q u i s d e l e t e o e p e r e n e f f e n d e
 a n o s f p r a n d e n o m m i g a n d e a l t e r a n t e n

Carta de Pedro v'az Carrinchado. Carrinchado
bre descobrimento da terra nova. D. João de Castro
fez Pedro v'az. Feita na Ilha da
Cruz em o 1.º de Maio de
1500 Gaveta 2.

Maço 2.º - N.º 8.

Aqui está o original
em melhor inteligência do original.

Transcripto no L.º 15 da Reforma
dos Decretos das Cortes de 1801.